



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 91

SÁBADO, 16 DE SETEMBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1972

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.226, de 26 de junho de 1972.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.226, de 26 de junho de 1972, que "autoriza o Poder Executivo a promover a subscrição no aumento de capital do Banco do Nordeste do Brasil S.A."

Senado Federal, em 15 de setembro de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1972

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.233, de 19 de julho de 1972.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.233, de 19 de julho de 1972, que "cria o cargo em comissão de Secretário de Tecnologia Industrial, no Ministério da Indústria e do Comércio e dá outras providências".

Senado Federal, em 15 de setembro de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente do Senado Federal.

SUMÁRIO DA ATA DA 101.ª SESSÃO, EM 15 DE SETEMBRO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 27/72 (n.º 807-B/72, na origem), que concede pensão especial à Senhora Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa.

Projeto de Lei da Câmara nº 32/72 (n.º 813-B/72, na origem), que autoriza a Comissão de Financiamento da Produção a alienar o imóvel que especifica e dá outras providências.

Requerimento nº 98/72, do Senhor Senador Filinto Müller, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Senhor Presidente da República, quando da inauguração da primeira etapa

da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão.

2.2 — Comunicações

— Do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, Deputado Flávio Marcílio, comunicando a Delegação do Senado Federal à 60.ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Roma de 21 a 29 do mês em curso.

— Do Sr. Senador Virgílio Távora, comunicando que se ausentará do País, a partir de 18 do corrente, a fim de participar da Delegação Brasileira à 60.ª Conferência Interparlamentar em Roma.

2.3 — Requerimento

N.º 102/72, de autoria do Sr. Senador Magalhães Pinto, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do Dr. Raul de Araújo Lima, na solenidade come-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

morativa dos 150 anos da Independência do Brasil, realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Desenvolvimento nacional, especialmente sob o ângulo da tecnologia.

SENADOR FRANCO MONTORO — Trabalho sobre "Democracia Participativa", seus fundamentos e seus instrumentos, como contribuição ao Simpósio sobre Democracia Participativa, promovido pelo Centro de Informações e Pesquisas Latino Americano.

2.5 — Requerimento

N.º 103/72, de licença ao Sr. Senador Nelson Carneiro para se afastar dos trabalhos do Senado a partir desta data. **Aprovado.**

3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 (n.º 63-B/72, na Câmara), que aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultan-

tes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovado em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970. **Aprovada, à promulgação.**

4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR FLÁVIO BRITTO — Reivindicações dos juízes do Estado do Amazonas.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Transcurso do 162.º aniversário da Independência do México.

SENADOR EURICO REZENDE — Pedido de exoneração do Sr. Levi Pinto de Castro do cargo de Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo, tendo em vista noticiário de órgão da Imprensa desta Capital sobre o assunto.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

6 — Atas das Comissões

7 — Composição das Comissões Permanentes.

ATA DA 101.ª SESSÃO, EM 15 DE SETEMBRO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA E CARLOS LINDENBERG**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — Fausto Castelo-Branco — Petrólio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire

— Milton Cabral — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Tórres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 45 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

E lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARÊCER

N.º 314, de 1972

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1972 (n.º 807-B/72 — na Câmara), que "concede pensão especial à Senhora Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa".

Relator: Sr. Tarso Dutra

O presente projeto, de origem governamental, se destina a conceder à viúva do ex-Ministro Artur de Souza Costa a pensão especial correspondente ao valor de cinco vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

A iniciativa tem um profundo sentido de justiça. É o amparo financeiro indispensável à família de um grande brasileiro que, exercendo a Presidência do Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda durante quase 15 anos, morreu pobre.

Somos, assim, pela imediata aprovação do projeto, para que não se retarde a realização dos justos objetivos nele previstos.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1972. — João Cleofas, Presidente — Tarso Dutra, Relator — Amaral Peixoto — Lourival Baptista — Saldanha Derzi — Alexandre Costa — Fausto Castelo-Branco — Mattos Leão — Jessé Freire — Ruy Santos — Franco Montoro — Wilson Gonçalves.

PARECERES

N.º 315 e 316, de 1972

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 32, de 1972 (n.º 813-B/72 na origem), que autoriza a Comissão de Financiamento da Produção a alienar o imóvel que especifica e dá outras providências.

PARECER N.º 315

Da Comissão de Agricultura

Relator: Sr. Antônio Fernandes.

1. O projeto em exame, submetido à deliberação do Congresso Nacional, pelo Senhor Presidente da República (Mensagem n.º 220, de 1972), nos termos do artigo 51 da Constituição, visa a autorizar a Comissão de Financiamento da Produção a alienar imóvel situado no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

2. O imóvel cuja venda se pretende efetuar está devidamente identificado na forma da escritura pública de compra e venda lavrada no 1.º Tabelião de Notas e Protestos em Geral, Livro 3-R, fls. 284v. a 285, em 8 de janeiro de 1970, no 1.º Registro de imóveis, ambos da Comarca de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Nesse imóvel encontram-se algumas benfeitorias, entre as quais um engenho de arroz, e foi adquirido de Otília Peplau Aléssio, em quitação de dívida contraída com o Governo Federal, em operação realizada através da referida Comissão.

3. Em Exposição de Motivos sobre a matéria, o Ministro da Agricultura esclarece:

“Tendo em vista que a citada aquisição não preenche as finalidades daquele órgão, cujo objetivo foi o de quitar uma dívida contraída ao empréstimo EGF 68/56, a CFP acha por bem alienar, na conformidade do disposto no art. 143, do Decreto-lei n.º 200, de 24 de fevereiro de 1967, o referido imóvel e benfeitorias, observada a autorização legislativa diante do que dispõe o Parecer n.º 525-H da Consultoria-Geral da

República, recolhendo o produto da venda ao Tesouro Nacional.”

4. Como se verifica, trata-se de uma operação necessária e justa, uma vez que o imóvel e as benfeitorias nele localizadas nenhuma utilidade têm para a Comissão de Financiamento da Produção. O resultado da alienação, ao contrário, propiciará àquele órgão recursos para aplicação em sua área de atuação, com óbvios benefícios para o setor agrícola.

5. Ante o exposto, nada havendo, no âmbito da competência regimental desta Comissão, que possa ser oposto ao projeto, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1972. — Daniel Krieger, Presidente eventual — Antônio Fernandes, Relator — Fernando Corrêa — Flávio Brito — Tarso Dutra.

PARECER N.º 316

Da Comissão de Finanças

Relator: Ruy Santos

1. Nos termos do artigo 51 da Constituição, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o presente projeto, que autoriza a Comissão de Financiamento da Produção a alienar imóvel de sua propriedade.

2. Na Exposição de Motivos que instrui a iniciativa presidencial, o Senhor Ministro da Agricultura diz:

“A Comissão de Financiamento da Produção (CFP), autarquia federal vinculada a esta Secretaria de Estado, incumbida de dar execução à política dos preços mínimos, adquiriu, no município de Criciúma (SC), uma área de 10.985 m² e as benfeitorias constantes de um engenho de arroz e demais pertencentes, de Otília Peplau Aléssio, em quitação de dívida contraída com o Governo Federal, em operação realizada através da referida Comissão.

Tendo em vista que a citada aquisição não preenche as finalidades daquele órgão, cujo objetivo foi o de quitar uma dívida contraída no empréstimo EGF/68/56, a CFP acha por bem alienar na conformidade do disposto no art. 143, do Decreto-lei n.º 200, de 24 de fevereiro de 1967, o referido imóvel e benfeitorias, observada a autorização legislativa diante do que dispõe o Parecer n.º 525-H da Consultoria Geral da República, recolhendo o produto da venda ao Tesouro Nacional.”

3. A Câmara dos Deputados, examinando a proposição, aprovou-a sem restrições.

4. Como se depreende da leitura do relatório acima, trata-se de transferir bens para o setor privado.

Do ponto de vista financeiro, convém lembrar o fato de que, à semelhança de pleito recentemente aprovado por esta Comissão (PLC) n.º 24/72), o presente projeto atende, também, ao disposto na legislação específica referente à alienação de instalações inservíveis edificadas em terrenos da União.

5. Acontece, porém, que, no caso ora em exame, o produto da venda será recolhido ao Erário, enquanto que nos casos anteriores — do IAA — Instituto do Açúcar e do Alcool e dos ministérios militares, essa obrigação não foi incluída no projeto, permitindo-se que os aludidos órgãos utilizassem os recursos obtidos com alienação. Em contrapartida, exigiu-se que os bens discriminados nos projetos fossem avaliados previamente e, em seguida, fosse procedida à alienação, nos termos do Decreto-lei n.º 200.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1972. — João Cleofas, Presidente — Ruy Santos, Relator — Alexandre Costa — Lourival Baptista — Saldanha Derzi — Fausto Castelo-Branco — Mattos Leão — Jessé Freire — Amaral Peixoto — Franco Montoro — Tarso Dutra — Wilson Gonçalves.

PARECER

N.º 317, de 1972

Da Comissão Diretora

Sobre o Requerimento n.º 98, de 1972, do Senhor Senador Filinto Müller, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Senhor Presidente da República, quando da inauguração da primeira etapa da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão.

Relator: Sr. Clodomir Milet

Nos termos do Regimento Interno, o eminente Senador Filinto Müller, Líder do Governo, requer a inserção, nos Anais do Senado, do discurso pronunciado na Ilha do Fundão, na Guanabara, pelo Chefe da Nação, Presidente Emilio Garrastazu Médici, quando da inauguração da primeira parte da Cidade Universitária do Rio de Janeiro.

Em relação a esse discurso presidencial, duas coisas devemos destacar:

1.ª — o fato de marcar a efetiva inauguração da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão;

2.ª — o seu conteúdo e o seu sentido.

No tocante ao primeiro aspecto, forçoso é observar que a Cidade Universitária da Ilha do Fundão, conquanto criada há muitos anos praticamente não passava de mero proje-

to, até que, vitorioso o movimento de Março de 1964, a Revolução tratou de transformá-la em uma realidade.

Referentemente ao segundo aspecto, rejubilamo-nos em comprovar, na fala presidencial, o seu caráter autenticamente humanista e o seu sentido profundamente atual, perfeitamente ajustado às solicitações do ensino moderno.

Todo o discurso, em que são determinados os propósitos do Governo Revolucionário no setor educacional brasileiro, está, realmente, repassado de um sopro construtivo e renovador, indicando aos brasileiros caminhos claros e seguros, palmilhando os quais haveremos de chegar à realização plena de nosso grande destino.

Perpetuando em seus Anais tão expressiva oração, o Senado faz obra de reconhecimento e de justiça ao Presidente da República, incansável em seus esforços em favor da comunidade brasileira, que terá, na Universidade da Ilha do Fundão, um verdadeiro símbolo desse Brasil novo que estamos construindo.

Somos, assim, pela aprovação do Requerimento n.º 98, de iniciativa do nobre Senador Flinto Müller.

Sala da Comissão Diretora, em 14 de setembro de 1972. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Clodomir Milet**, Relator — **Carlos Lindenberg** — **Ney Braga** — **Guido Mondin**.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes:

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Of. 54/72

Brasília, 13 de setembro de 1972.

A Sua Excelência o Senhor Senador Petrônio Portella
Presidente do Senado Federal.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Delegação do Senado Federal à 60.ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Roma de 21 a 29 de setembro do mês em curso, ficou assim constituída:

Senador Gustavo Capanema
Senador Guido Mondin
Senador Ney Braga
Senador Tarso Dutra
Senador Virgílio Távora
Senador Benjamin Farah
Senador Danton Jobim

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e consideração.

— Deputado Flávio Marcílio, Presidente.

Brasília, 13 de setembro de 1972.

A Sua Excelência
Senador Petrônio Portella
DD. Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª minha ausência do País a partir de 18 do corrente, como membro da Delegação Brasileira a 60.ª Conferência Interparlamentar em Roma.

Atenciosamente — **Virgílio Távora**.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 102, de 1972

Nos termos do art. 234 do Regimento Interno, requeiro transcrição nos Anais do Senado, do discurso do Dr. Raul de Araújo Lima, na solenidade comemorativa dos 150 anos da Independência do Brasil, realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1972. — **Magalhães Pinto**.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O requerimento, após publicado, será objeto de parecer da Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, que falará pela Liderança da Maioria.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — (Pela Liderança da Maioria, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, dos idos da década de 60 recolhemos estes conceitos que, hoje transcritos, sobre sua atualidade, fazem-nos sentir, por outro lado, num retrospecto, a problemática nacional pré-Revolução e quanto desde lá evoluímos.

“O progresso industrial brasileiro, embora dependente de uns restos de vantagens comparativas no mercado externo, deveria ter como fulcro a criação de condições institucionais internas de completa renovação: mercado de capitais capitaneado pelo Estado para garantir o desenvolvimento em regime de dependência decrescente de recursos financeiros externos; reforma tributária como fonte de recursos e fator de redistribuição de rendas pelos mecanismos do setor público; programas setoriais de energia, telecomunicações, transportes e siderurgia diretamente executados pelo Estado; dirigismo estatal na área de construção de habitação para capaci-

tar a zona urbana a absorver os excedentes da população rural; igualmente uma fundamental liquidação ou pelo menos enfraquecimento das oligarquias escoradas em política de proteção descabida a cafeicultores e usineiros de açúcar. Obviamente, um programa construtivo de bases amplas não pode ser executado com desperdícios de vulto, como os implícitos na venda a preços abaixo do custo de trigo, papel de imprensa, combustível, luz, transportes, telecomunicações, habitação e outros itens. Desperdícios formidáveis estavam também contidos nos privilégios de certas categorias profissionais como os portuários, marítimos, ferroviários e trabalhadores em outras áreas onde a atividade empresarial era exercida pelo Estado. O direito de sonegar impostos consagrado pelo processo inflacionário e pela máquina tributária desatualizada, era outra forma de desperdício a ser extinta. Claro que só os ingênuos imaginariam um esquema de financiamento do progresso nacional contínuo e acelerado na presença de uma inflação desenfreada. A estabilidade monetária deveria ser, em qualquer situação, um objetivo supremo.

Onde estaria o Poder Político capaz de executar programa tão ambicioso?” (Gilberto Paim).

A resposta a esta indagação, que era um desafio à nossa capacidade de afirmação, nos foi dada pelo Governo Revolucionário.

Em rápidas pinceladas poderíamos dizer que o período 1964/1967 — ainda sem um historiador desapassionado e analista frio a lhe pintar toda importância — foi o da hora da verdade quando o “chefe é solitário em suas decisões” no dizer do grande estadista gaulês.

Estabilidade política, restauração da ordem, confiança e respeito à autoridade constituída, foram pré-requisitos básicos desde logo alcançados.

Nos oito primeiros meses da gestão Castello de “preparação do terreno” paralela ou subsequentemente à elaboração do PAEG, que iria nortear a política governamental, foram tomadas medidas condicionadoras do amplo processo de reformas econômicas e sociais que se sucederiam. Incluíram elas, o fim da política errônea dos subsídios demagógicos a bens e serviços públicos cobrando-se nestes últimos a justa tarifa, o corte dos privilégios das categorias profissionais organizadas em massa de pressão até então, a promulgação de instrumentos legais com o objetivo de estimular a formação de poupanças pessoais, o investimento de lucros das empresas

e a capitalização dos serviços públicos por parte dos seus usuários, a alteração da lei de remessa de lucros e dos impostos sobre gás e combustíveis, a criação de incentivos fiscais para o desenvolvimento industrial, o combate à inflação, com a redução dos déficits de empresas governamentais, eliminação dos subsídios para importação de papel de imprensa, petróleo, trigo, a eliminação de serviços não econômicos, a já citada verdade tarifária, a reestruturação tributária, introdução da correção monetária como remédio justo para enfrentar o processo inflacionário, seja nos débitos fiscais, seja em novos títulos governamentais, a criação do maior mecanismo absorvedor de empregos, qual seja o sistema financeiro habitacional, a contenção progressiva do aumento dos preços, o restabelecimento do crédito no exterior, o planejamento erigido como requisito mínimo para execução de qualquer investimento.

O PAEG, vindo à luz em novembro de 1964, tinha como objetivos básicos:

a) **Desenvolvimento.** Acelerar o ritmo de desenvolvimento do País interrompido no biênio 1962/63. Para tanto, previa-se alcançar uma taxa de crescimento da renda de 6 por cento a.a., criando-se condições para elevar posteriormente a 7 por cento;

b) **Contenção da Inflação.** Conter progressivamente o processo inflacionário, durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966;

c) **Distribuição da Renda.** Atenuar os desníveis setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios, mediante a melhoria das condições de vida;

d) **Emprego.** Assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo a mão-de-obra que, continuamente, aflui ao mercado de trabalho;

e) **Comércio Externo.** Corrigir a tendência a "deficits" descontrolados do balanço de pagamentos, que ameacem a continuidade do desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento de capacidade de importar.

Programa audacioso, em parte não atingido, a ele, ao PAEG deve o país os fundamentos para a retomada do desenvolvimento de que hoje tanto nos orgulhamos.

Olhado a distância, o ano de 1964 pode ter seus acontecimentos marcantes mais friamente analisados. Nele foram tomadas as "decisões solitárias de chefia", impopulares as mais das vezes, pouco compreendidas, injustificadas quase sempre, mas absolutamente necessárias ao progresso posterior.

É oportuno aqui recordar palavras do Ministro do Planejamento de então, Roberto de Oliveira Campos, em

1965, no auge do desajuste entre a mentalidade empresarial antes e após 31 de Março:

"O Governo brasileiro vem enfrentando, nos últimos meses, a etapa mais ingrata de seu programa de contenção da inflação e de retomada do desenvolvimento. Trata-se da fase em que se comprimem as despesas públicas, em que se aumentam os impostos, em que se implanta a austeridade salarial e creditícia, da fase em que continua a subir o custo de vida, não obstante o esforço restritivo da política financeira; da fase em que as empresas se ajustam ao invés de se desenvolver; da fase, em suma, que conduz à revolta todos aqueles que se esquecem de que para colher é preciso primeiro semear."

Três razões explicam o efeito retardado das providências estabilizadoras. Em primeiro lugar, muitos programas de estabilização costumam ser postos em prática quando o País se encontra às beiras de uma hiperinflação. Os primeiros resultados, desastre, podem constituir um êxito relativo mas não absoluto, diante da impossibilidade de estancar de pronto todos os focos de inflação. Muito do que ocorreu em 1964 situa-se precisamente dentro dessa linha. Entre abril e dezembro o nível geral de preços subiu de cerca de 50%, o que negavelmente ainda corresponde a uma taxa inflacionária bastante elevada. Todavia, se persistissem as tendências do primeiro trimestre, ao invés dos 50%, teríamos sofrido cerca de 100% de alta de preços nesse mesmo período. Assim, os resultados alcançados, se não constituíram um sucesso absoluto, certamente foram bem animadores em termos de inversão de tendência.

Em segundo lugar, o combate à inflação exige, em sua primeira etapa, uma série de providências cujo primeiro impacto é o de elevar e não o de baixar os preços. É o caso da supressão de subsídios e da majoração de impostos indiretos, destinados a atenuar o foco inflacionário perene, representado pelos déficits públicos. Substituiu-se uma fonte permanente de inflação por uma alta corretiva de preços, dentro do princípio de sofrer com o remédio para não ser devorado pela moléstia. É também o caso da remoção de certos controles de preços que prejudicam a produção e os investimentos. Elevam-se preços pela sua liberação, a fim de eliminar áreas de atraso e de estrangulamento. Boa parte da alta de preços ocorrida no período pós-revolucionário associou-se a esse fenômeno da inflação corretiva. Para aliviar os déficits públicos foi necessário cortar os subsídios cambiais ao trigo e ao petróleo e reforçar a arrecadação do Imposto do Consumo. Para se obter recursos não inflacionários destinados ao programa ro-

doviário, foi preciso aumentar o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes. Para tornar economicamente eficientes os serviços de energia elétrica foi necessário rever os critérios de tarifação, e assim por diante.

Em terceiro lugar, o combate à inflação envolve um certo período de adaptação dos padrões de comportamento dos produtores e comerciantes. A alta contínua dos preços distorceu consideravelmente as normas de operação de empresas, habituando-as às incessantes remunerações, à acumulação especulativa de estoques, e ao emprego excessivo do capital alheio em lugar do capital próprio. Esses hábitos não se corrigem de um momento para outro e alguns choques de adaptação são praticamente inevitáveis. O sistema das incessantes remarcações de preços só se abandona quando o mercado os rejeita e os estoques encaham. Isso, todavia, não ocorre instantaneamente na fase de transição, os consumidores queixam-se de que os preços continuam a subir enquanto as empresas protestam contra a retração das vendas. Do mesmo modo, a liquidação dos estoques especulativos acarreta a redução temporária das encomendas às fábricas e aos atacadistas. Não menos dolorosa é a adaptação das empresas ao realismo creditício. Os juros subsidiados pela inflação são substituídos por juros reais positivos e até que as empresas se capitalizem, devidamente, os custos sobem pressionando os preços.

Tudo indica que a fase mais ingrata desse ciclo de adaptação já foi superada. Os focos mais sérios de inflação herdados da administração passada já foram em grande parte debelados. O orçamento federal, conquanto ainda deficitário, exercera em 1965 menos da metade da pressão inflacionária de 1964. Os principais reajustes corretivos de preços já foram levados a cabo. As empresas começam a habituar-se a novos padrões de comportamento, já se notando saudáveis sistemas de uma reversão de expectativas. Dois outros fatores, ademais, deverão apressar os resultados da política antiinflacionária no corrente ano: a abundância das safras, contendo a alta do custo de alimentação e, o influxo maciço de ajuda externa, desviando para o exterior os excedentes de procura gerados pelos focos internos de inflação.

Não menos importante do que a estabilização dos preços são as características de que ela se deverá revestir. O programa de ação econômica do atual Governo não visa exclusivamente a conter a inflação mas subordina-se, antes de tudo, ao objetivo de retomada do desenvolvimento. Nesse sentido, optou-se pela linha gradualista no combate à inflação ao invés do tradicional tratamento de choque. Na mesma direção têm-se procurado conjugar as políticas salarial, mone-

tária e fiscal de modo a fortalecer a capacidade de poupança da economia; provocaram-se altas corretivas de preços a fim de criar novas fontes de financiamento de inversões para restaurar o interesse privado em setores prioritários; implantou-se nova legislação econômica, de modo a eliminar obstáculos e focos de atrito ao nosso desenvolvimento.

A retomada do desenvolvimento, por sua vez, também, exige seu período de adaptação. O declínio de investimentos na administração passada reflete-se hoje desfavoravelmente, sobre nossas possibilidades de crescimento. A confiança dos empresários, tão abalada no período pré-evolucionário, leva algum tempo a restabelecer-se. A cura da inflação, por outro lado, envolve a renovação dos métodos de ação das empresas no tocante ao crédito, à produtividade e à formação de preços. O Governo tem conseguido conduzir essa adaptação sem maiores choques e, particularmente, sem provocar as cadeias de falências tão frequentes nas tentativas de estabilização. Não há como evitar, no entanto, uma breve transição, algo incômodo, mas indispensável à reconstrução dos alicerces do desenvolvimento.

Conquanto em matéria de taxa de crescimento seja arriscado fazer previsões, há razões para crer que já no corrente ano conseguiremos um substancial impulso de desenvolvimento. A abundância das novas safras deverá constituir o primeiro fator nesse direção. As recentes reformas econômicas deverão trazer novo alento aos investimentos e à criação de novas oportunidades de emprego. A melhoria da composição da despesa pública, no sentido de maior percentagem destinada à formação de capital, também estimulará a produção e a absorção de alguns focos setoriais de capacidade ociosa. Finalmente, o afluxo de ajuda externa nos permitirá investir mais com recursos não inflacionários e com compressão do consumo.

Seria falacioso anunciar o fim da era de sacrifícios e o advento irrisório da fartura. O desenvolvimento econômico é processo árduo, avesso às fórmulas miraculosas, e a atual administração rejeita a popularidade fugaz das promessas inconsistentes. O novo estilo de Governo — o de prometer menos para poder cumprir — talvez desiluda os espíritos sonhadores. Mas atende aos verdadeiros interesses do povo, trilhando os meios compatíveis com os fins desejados da estabilização e de desenvolvimento.

E mais elucidativa ainda a transcrição de trechos do mesmo autor,

dois anos após, em 1967: "OS RESULTADOS FINANCEIROS DE 1966", com passagens quase proféticas:

"A julgar pelos índices de preços, o ano de 1966 foi decepcionante. O custo de vida subiu na Guanabara em mais de 41%, apenas ligeiramente inferior ao aumento registrado no ano anterior. O índice geral de preços por atacado elevou-se mais do que no ano passado: 38%, contra 28% em 1965.

O que os índices não mostram é que a elevação de preços em 1966 teve caráter radicalmente diferente dos anos anteriores. Os grandes focos inflacionários foram efetivamente extintos em 1966, primeira vez desde 1938. Nesse sentido, o PAEG alcançou seu objetivo. Esse o fato que de um ponto de vista de prazo longo será o característico marcante do ano que acaba de findar. Embora não console aqueles que sofreram da elevação de preços, é prenúncio da estabilidade razoável que talvez possa ser conseguida em futuro próximo.

1966: Ano de Extinção dos Grandes Focos Inflacionários

Vamos, primeiro, explicar melhor o fato que acabamos de mencionar. Os três principais focos da inflação brasileira foram, nesta ordem, o déficit orçamentário, o sistema de reajustamento de salários e — recentemente — o sistema de reajustamento de preços mínimos na agricultura. O primeiro operava do lado da procura, inflacionando-a e com isso fazendo subir os preços. O segundo produzia seus efeitos essencialmente ao lado dos custos, pela onipresença do salário como fator de custo. Os preços agrícolas operavam como fator de inflação da demanda na medida em que se tratasse de produtos de exportação e do lado do custo, na medida em que se tratasse de produtos alimentícios, para consumo interno, através da elevação dos salários que provocavam.

1) O Déficit

A organização do nosso setor público e a prática das vinculações de receitas fazem com que seja fácil de se perder de vista o resultado líquido das operações do setor público federal, como um todo. Assim, o aparente déficit de pouco mais de 500 bilhões registrados no ano passado, além de ter sido financiado pela emissão não inflacionária de títulos ao público (na maior parte), esconde, na verdade, um superávit do setor público federal. É que houve aumento de 195 bilhões de cruzeiros nos depósitos de autarquias e outras entidades públicas, contabilizados separadamente das contas do Tesouro Nacional. Trata-se, principalmente, de autarquias. É evidente que as entidades em cujos nomes se acumularam esses depósitos poderão, no futuro,

gastá-los. Mas, do ponto de vista do período orçamentário, houve superávit. É evidente que restam, para serem resolvidos, muitos problemas financeiros do setor público. A menos que sejam resolvidos, constituirão uma bomba de retardamento, que poderá ressuscitar o déficit do setor público. A reforma administrativa e a reforma da gestão venda ou liquidação das empresas mistas (e autarquias) promoverão a solução definitiva.

2) Os Salários

O segundo grande foco inflacionário era o sistema de reajustamento de salários (naturalmente, não o reajustamento por si mesmo), tanto os fixados por via executiva como os fixados mediante acordos coletivos ou acordãos da Justiça do Trabalho. Os passos fundamentais para resolver esse problema, num sentido não inflacionário, já haviam sido dados em 1964 e 1965. Entretanto, foi só em 1966 que foram uniformizados os índices que serviriam de base para a determinação dos reajustamentos salariais. Com isso, evitaram-se contradições e injustiças que poderiam abalar o sistema. O novo sistema não é perfeito. Em face de erros quanto à elevação futura dos preços node conduzir a uma queda do salário real, em relação à média do período de base, que a fórmula procura preservar. Mas com o afrouxamento do ritmo inflacionário, esse perigo tornar-se-á menos importante.

3) Preços Mínimos

Também o terceiro grande foco inflacionário — o sistema de determinação dos preços mínimos para produtos agrícolas — foi amansado em 1966. Esse sistema foi responsável pela expansão do crédito de 1965, o que atraiu a consecução de razoável grau de estabilidade monetária, por um ano, pelo menos. Em 1966, o preço mínimo do café foi fixado de maneira a dar ao setor café um nível de renda real igual à média dos anos precedentes e substancialmente inferior, portanto, ao do ano de 1965. Mais importante é o fato que só em 1966 foi implantado, efetivamente, o sistema de erradicação de cafezais, destinado a acabar com a própria superprodução (e não, simplesmente com os respectivos sintomas). Também na determinação dos demais preços mínimos de produtos agrícolas foi, em geral, seguido um critério bastante conservador, sem, entretanto, descuidar do necessário estímulo à produção e a da conveniência que esta dê não somente para o consumo corrente e exportação, mas também para a formação de estoques.

Se os anos de 1964 a 1966 foram aqueles de "arrumação da casa", devemos assinalar os de 1967 em diante como os de recuperação.

Em março de 1967 o problema da economia brasileira, tirada do caos, podia ser resumido na opinião de Delfim Netto em "uma queda de demanda efetiva que atingia desigualmente os vários setores e uma forte emergência de tensões de custo, consequência do próprio mecanismo de combate à inflação". O que se contava era o prosseguimento desta "ainda bastante intensa apesar de uma severa política de contenção de demanda e as flutuações acentuadas no nível da atividade produtiva".

A verificação desses fenômenos sugere o problema de compatibilização entre o objetivo maior de desenvolvimento econômico e metas igualmente prioritárias de contenção das pressões inflacionárias ainda existentes no bojo da economia brasileira" (A.D.N.).

O conjunto de medidas então adotadas teve em vistas atingir três objetivos a curto prazo:

- continuar o combate à inflação de forma a reduzir ainda mais o ritmo de crescimento de preços;

- permitir um crescimento rápido dos níveis de produção e emprego capaz de absorver a capacidade ociosa que vinha aumentando desde o ano anterior;

- evitar as indesejáveis flutuações conjunturais que caracterizam a economia brasileira nos últimos anos"

A apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento objetivou, de forma muito feliz, estas intenções.

Veio em época acertada: 1967 e 1968 foram anos difíceis para o Brasil, quando parecia faltar a nosso povo uma visão conscientizada do grande caminho que estava trilhando; um clima de angústia se refletia em várias camadas sociais, com "o inconformismo face a estagnação econômica e a paralisação do fluxo de ascensão social". Visível era então o atraso na tarefa de criar oportunidades de emprego para as levas de jovens que afluíam cada ano ao mercado de trabalho. A agitação estudantil, ausente desde 1964, assumiu, máxime no último período de 1968, níveis intoleráveis. Seguramente, ninguém haja com tanta acuidade penetrado no drama pátrio, como o responsável pela Pasta da Fazenda, em sua "Análise do Momento Brasileiro" (Revista Finanças Públicas — setembro de 1968), da qual permitimo-nos destacar as seguintes passagens:

"O Brasil tem um encontro marcado com a História e é nossa tarefa tornar esse encontro possível apesar das profecias do Hudson Institute".

Poucas pessoas deixariam de concordar com isso, mas também poucas pessoas se conformam com a existência de uma Constituição que delimita claramente a ação do possível. E é dentro desses limites a que se impôs a própria Revolução — porque deseja o desenvolvimento dentro de uma sociedade aberta — que devem ser feitas as modificações de que o Brasil carece: **a modificação profunda de todo o sistema de ensino**, orientando-o um pouco mais pela demanda, exigindo o pagamento de quem pode pagar, modernizando a estrutura das escolas, eliminando o privilégio da cátedra, forçando as disciplinas a se reunirem em departamentos, reduzindo os prazos de formatura e encurtando as férias; **a modificação da estrutura agrária**, sem pretender que o básico seja o problema da terra; **a modificação da estrutura tributária**, para redistribuir tarefas entre os três níveis de Governo onde até agora distribuímos a receita para corrigir a quase ridícula distribuição de renda, onde o imposto sobre as pessoas físicas é pago pelos assalariados; **a modificação da estrutura tarifária** introduzindo o conceito de tarifa efetiva e reservando realmente o mercado interno para empresas nacionais sempre que o tamanho do mercado o permita, sem abusos monopolísticos e desde que haja garantia suficiente de intercomunicação tecnológica com o mundo externo; **a aceleração da reforma administrativa** que é tarefa básica do Governo diante da ineficiência medular da burocracia brasileira, mal remunerada, mal preparada e sem nenhuma perspectiva em termos de acesso".

Em suma, o PED tinha como objetivo básico o desenvolvimento como condicionante de toda política nacional a serviço do programa social, isto é, da valorização do homem brasileiro.

Acelerar o desenvolvimento e conter a inflação são, pois, os enfoques básicos da ação governamental de 1967 a esta parte.

Ponto importante a ressaltar desde logo é a relativa modéstia da taxa de crescimento então almejada: uma expansão de 5 a 6% ao ano na capacidade de produção de bens e serviços e um crescimento do produto de, no mínimo, 6% ao ano. É ponto a ressaltar a modéstia da aspiração quanto ao crescimento do PIB não só do PAEG, como do Plano Decenal do PED, todos pautados em bom senso e cautela absoluta.

Inicialmente, a aceleração do ritmo de desenvolvimento seria obtida principalmente através da melhor

utilização da capacidade existente, em seguida mercê da expansão da quantidade dos fatores de produção mediante a intensificação dos investimentos nos setores prioritários, o aperfeiçoamento nos métodos de produção e o fortalecimento dos recursos humanos, o que exigiria nesta segunda etapa uma taxa de investimentos próxima a de 20% do produto, "tendo em vista a necessidade de repor um estoque de capital maior, de compensar rendimentos decrescentes em relação ao fator capital e ativar investimentos em setores com maior relação capital/produto".

Quanto à contenção da inflação, o objetivo maior seria a expansão do nível de atividade e, simultaneamente, uma relativa estabilidade de preços. Não eram apresentadas metas anuais sob a forma de específica taxa de inflação pela impossibilidade de prever o comportamento de importantes variáveis.

1967 constituiu-se pois, em ano de transição.

Cabe, nesta altura, resumir o comentário do Ministro Delfim Netto a respeito do realismo e racionalidade de política econômica que foi ditatriz do Governo desde a Revolução.

Como ressaltava o Ministro, realismo e racionalidade são fatores sempre presentes porque de sobrevivência no setor privado, mas sempre abandonados no setor público.

Desde a Revolução, este País entrou num regime de racionalidade e termos reais, dizia ele, e analisa a produção desse tipo de política e suas expectativas.

A partir dos três grandes objetivos fixados, as metas quantificadas para 1968 foram — elevação do produto nacional bruto de 6 a 7%, redução da inflação para 22% e aumento de reservas externas em 125 milhões de dólares.

Todas pareciam ter sido atingidas quando da análise e os números posteriores do processo estatístico mais que confirmam a afirmativa do Ministro. O produto nacional bruto não crescera apenas 6,5% como ele supunha, mas até mais porque o crescimento do PIB foi de 8,4%, os preços ultrapassam pouco as metas de 22% chegando a 25. As reservas igualmente subiram mais de cem milhões de dólares.

As políticas adotadas mais que compensaram todas as adversidades, dando ao período de 1968 o destaque de melhor ano da década que lhe antecedia:

	P. Real	Custo de Vida
1962	5,4	52
1963	1,6	70
1964	3,1	92
1965	3,9	66
1966	3,4	41
1967	4,9	30
1968	6,5	22

Dessas políticas o Ministro destaca:

1.º) o remanejamento dos gastos do Governo, localizando-se 90% do deficit da União no primeiro semestre para compensar o período de baixa do ciclo sazonal das empresas;

2.º) políticas monetária flexível para sustentar o nível de atividade econômica evitando-se estrategicamente as pressões inflacionárias;

3.º) taxa cambial flexível para proteção da agricultura e indústria;

4.º) elevação do salário real, consoante o rápido aumento da produtividade industrial;

5.º) aperfeiçoamento da política de preços mínimos o que redundou em safras extraordinárias, apesar de adversidades climáticas.

Paralelamente, o BNH absorvia em seus programas a mão-de-obra disponível, redundando em 22 meses de prosperidade crescente e correspondente otimismo e confiança do setor privado.

Em regime de consolidação da prosperidade em dezembro de 1968, dizia o Senhor Ministro, armou-se um conjunto de políticas destinadas a fortalecer as empresas, ampliar o mercado de capitais e construir uma infra-estrutura financeira para aceleração do desenvolvimento.

Com alterações no Fundo de Participação dos Estados e Municípios e a criação do Fundo Especial, todas visando a mecanismos corretores das disparidades regionais, ficara a legislação da parte econômico-financeira completa.

Nesse mesmo ano, 1968, o mais autorizado crítico da política econômico-financeira do Governo Revolucionário, Celso Furtado, a cuja inteligência rendemos homenagem, assim se exprimia, abrindo a Introdução e Resumo de seu "Um projeto para o Brasil":

"Nosso ponto de partida é uma simples constatação: a economia brasileira, após dois decênios de rápido crescimento ao impulso da industrialização substitutiva de importações, quando parecia haver reunido as condições para au-

togerar o seu desenvolvimento, foi afetada de uma paralisia que está transformando a atual década em uma das mais prolongadas crises de nossa história econômica moderna".

Os fatos demonstram o contrário.

É verdade que sua análise da conjuntura de então já reconhecia que:

"modificar de forma significativa a estrutura de um sistema econômico em prazo relativamente curto — mesmo quando o poder político está capacitado para condicionar o comportamento dos agentes sociais afetados, não é empresa fácil."

Declarava ser o objetivo de sua exposição demonstrar que "somente uma ação global exercida sobre um conjunto de frentes articuladas é capaz de por em marcha efeitos cumulativos e convergentes, e de assegurar uma reversão das tendências paralisantes assinaladas".

Depois de apreciar o perfil da demanda global brasileira com dados da CEPAL para 1967, apresentou ele um elenco de medidas, que a seu ver atenderiam às necessidades maiores da economia brasileira: as primeiras relacionadas com a orientação dos processos produtivos (entre os quais se destacava a criação de "um imposto que pese de forma diferencial sobre o valor adicionado pela mão-de-obra e pelo capital e que incida sobre as indústrias de bens de consumo e sobre aquelas que produzam produtos intermediários exclusivamente utilizados pelas indústrias de bens de consumo); as segundas ligadas à inadequação do perfil da demanda global (ênfase dada à elevação relativa por meios fiscais dos preços dos bens de consumo utilizados pela alta classe média e de forma bem mais acentuada, àqueles consumidos pela minoria de altas rendas); as terceiras atinentes à inadequação da estrutura agrária (ressaltando o esforço a ser feito na elevação do nível de vida do trabalhador rural como forma positiva de aumento de sua produtividade, ataque à estrutura latifundiária, destaque da importância da oferta de baixos preços dos produtos intermediários aos agricultores, etc.); as quartas dizendo

respeito às políticas visando a corrigir a insuficiência de nossa capacidade de importar (dando-se prioridade à diversificação de exportações "máxime" de manufaturados, para fugir ao estrangulamento por insuficiência de divisas; isso se conseguiria com jogo de impostos e taxas de câmbio adequados); e, finalmente, em quinto lugar seriam as relacionadas com o poder econômico e seu exercício por empresas controladas do estrangeiro (destacando-se "a retenção em nosso País e a transferência para a população dos frutos do progresso tecnológico assimilado por intermédio da empresa e a nacionalização da direção mediante sua integração com o corpo social da empresa formado, em grande parte de brasileiros e pessoas fixadas no País").

Sua receita não foi seguida, mesmo que alguns fatores da análise coincidam com os pontos atacados pelo Governo.

Quatro anos são passados e bem diverso é o quadro de nossa conjuntura econômica, daquele por ele descrito.

Voltemos a 1970: um ligeiro declínio da produção agrícola (menos de um por cento) foi francamente compensado pela expansão industrial média de 11%. Algumas indústrias específicas, como a de metais não ferrosos, com grande significado de absorção de tecnologia, chegavam a crescer em 25,4%.

Assim, mesmo com a ligeira baixa da agricultura a expansão da atividade econômica chegou a 9,5%:

Agricultura — 5,6%.

Indústria — 11,1%.

Comércio — 9%.

Transportes e comunicações — 15%.

Apesar da queda da exportação do café, que teve conotação positiva para nossa vulnerabilidade de demanda externa de produtos primários, as exportações se expandiram em 17% — uma "performance" recorde para a economia nacional, mesmo quando se comentava naquele ano o fraco desempenho da economia mundial.

Importante é assinalar esse período como um dos decisivos para nos firmarmos como exportadores de manufaturados, ainda que o café, naquele período representasse 35% do valor global das exportações.

Pode-se dizer que a tônica da ação governamental desse ano foi ainda a fortificação da empresa privada, especificamente da empresa industrial. Usando cada vez mais a sua técnica de incentivos fiscais, o Estado elevou a simbiose grande empresa/pequena e média empresa a um grau mais elevado de produtividade e conseqüentemente a uma melhor situação de com-

petição a níveis internacionais. As vantagens de elevar a produtividade da estrutura empresarial são igualmente úteis a nível global interno e externo, como a nível setorial.

O nível de emprego, naturalmente, acompanhou a tendência do de produção, especialmente do de produção industrial que foi mais dinâmico. Com o emprego, cresceu a confiança e o clima de boas expectativas no futuro. Este, o panorama antes do PND. Em 1971, não havia mais argumentos possíveis a antepor-se às técnicas políticas e opções governamentais no tocante ao planejamento e ao modelo de crescimento adotado.

Parece-nos que, deste então, o ponto de disputa da Oposição é a forma inadequada de distribuição de renda ainda vigente no País (aliás como em todo o mundo). Não se discute o sucesso real, o desempenho espetacular da economia gerando aplausos do mundo inteiro. Só há que discutir-se a forma como esse sucesso está sendo utilizado ou ao menos distribuído entre as pessoas.

Também o Governo não concorda com a maneira pela qual a riqueza nacional está distribuída. Seria negar nosso planejamento, nossas afirmativas de princípios e até nossos objetivos sagrados em Carta Magna, concordar que alguns brasileiros tenham tanto e tantos tenham quase nada.

Entretanto, esta é uma situação historicamente herdada pela Revolução e não provocada pelo Governo atual. Não se poderia apenas "decretar" a mudança social, mas decretarem-se tantas instituições que, ao cabo de algum tempo, sua ação conjunta capacitasse o homem a conquistar o "status" que lhe é devido por direito.

Decretar esse "status", ou tomar pueris medidas de patriarcalismo, dobrando-lhe o salário ou distribuindo alimentos em filas não pode ser a alternativa desejada pela oposição. Seria negar nosso patrimônio de cultura na ciência social, econômica e política.

A opção racional, essa foi feita: nunca tantos programas de valorização humana foram reunidos simultaneamente como os que adiante analisaremos no PND. Não precisamos esclarecer o fato de que salários decretados fora da realidade são absorvidos por custos num regime de livre empresa.

Fica entendido, portanto, que nossa conclusão é pacífica em torno do insofismável sucesso da política de desenvolvimento adotada para o Brasil.

Duas escolas debateram e debatem, permitam-me dizer, freneticamente, os meios utilizados para alcançar as mesmas metas. Talvez a Escola Cepaliana, mais tendente às idéias de rá-

pida dispersão da renda, porém mais condescendente para com as pressões inflacionárias, ainda possa apresentar muitas contestações, como o faz, ao modelo brasileiro, de linha racional, realista e pragmática. Mas não pode negar o fato de que, pelos métodos adotados, se alcançaram todas as metas no caminho dos objetivos que qualquer corrente esposaria: os do progresso nacional.

São palavras do testemunho ainda de Celso Furtado em seu livro "Análise do Modelo Brasileiro", já de 1972, ou mais precisamente de março deste ano.

Aqui, pediríamos a atenção dos Srs. Senadores para este depoimento, especialmente partido de quem parte.

A NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

"As medidas introduzidas a partir de 1964 permitiram restabelecer o equilíbrio do setor público e criaram condições para submeter a inflação a controle. Ademais armaram o Governo para exercer maior iniciativa no processo de formação de capital. Em 1968, o déficit do setor público se reduziu a menos de um por cento do PIB ao mesmo tempo em que a participação dos investimentos do governo nesse mesmo PIB recuperava o nível de 1956/60.

Se se tem em conta que o crédito externo fora amplamente restabelecido e a autoridade do poder central ampliada pela presença muito mais direta dos militares nos postos-chaves da administração civil, infere-se que se haviam reunido condições para um ensaio de reformas estruturais visando a eliminar os pontos de estrangulamento responsáveis pela perda de dinamismo do sistema.

"O PROBLEMA FUNDAMENTAL CONSISTIA EM CRIAR CONDIÇÕES PARA A RETOMADA DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO, A PARTIR DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE QUE SE DOTARA O PAÍS E QUE VINHA SENDO AMPLAMENTE SUBUTILIZADO".

"A ESTRATÉGIA SEGUIDA, RELATIVAMENTE SIMPLES, RESUME-SE NAS SEGUINTE LINHAS DE AÇÃO:

a) reorientação do processo de concentração de riqueza e de renda de forma a que o mecanismo promotor dessa concentração tem, não somente no sentido de favorecer a formação de capital fixo mas também — e de forma significativa — no de promover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis;

b) redução da taxa de salário real básico com respeito à produtividade média do sistema de forma a reduzir a diferença entre essa taxa de salário e o "custo de oportunidade" do trabalho e parte dos recursos assim liberados seria investida sob a orientação do Governo com o fim específico de ampliar a capacidade criadora de empregos da economia; o aumento do salário-família deveria anular progressivamente os efeitos sociais mais negativos da baixa do salário individual: uma primeira fase seria de baixa absoluta do salário básico (salário-mínimo garantido pela legislação social) sem que, necessariamente diminuísse na mesma proporção a massa total de salários pagos — refere-se S. Ex.^a ao período 64/65; na segunda, o salário básico se estabilizaria e a massa total de salários cresceria ainda que menor que o PIB; na terceira fase a taxa de salário poderia crescer (menos que a produtividade média) e a taxa de aumento da massa total de salários tenderia a alcançar a do PIB; o elemento diretor seria a política de emprego: regulado o crescimento da massa total do salário, caberia decidir entre a criação de emprego e a elevação do salário básico: desta forma ter-se-ia conciliado a política de concentração da renda com a de expansão da massa salarial mediante o controle da transferência de mão-de-obra dos setores desprivilegiados para aqueles protegidos pela legislação social;

c) fomento, em particular mediante subsídios à exportação de produtos industriais visando a aliviar os setores produtivos que enfrentam insuficiência de demanda de natureza conjuntural ou estrutural; as insuficiências conjunturais manifestar-se-iam nas indústrias tradicionais afetadas pelo lento crescimento da massa salarial; as insuficiências estruturais continuariam a manifestar-se onde a tecnologia exige uma escala de produção que supera as dimensões do mercado mesmo tidas em conta as modificações referidas no item a; neste caso, tornar-se-ia necessário uma maior integração com o comércio internacional, mediante o subsídio à exportação e ocasionalmente o abandono de certas linhas de produção."

Como se vê, há um reconhecimento de eficiência da ação governamental por parte do professor Celso Furtado. Verdade que, aqui e ali, na apreciação de sintomas da doença, apresenta observação irreal, como no arrocho salarial que só se verificou no início da luta contra a inflação, e na

referência ao declínio dos salários médios, contestados pelos fatos.

"Esse diferencial — refere-se ele ao excedente entre salário real e produtividade do trabalho — dá lugar a um incremento relativo do excedente que, se permanecesse em mãos da reduzida classe de proprietários de bens de produção, criaria problemas de insuficiência de demanda efetiva e de tendência à exportação de capital".

"Dentro das novas condições criadas, parte importante desses recursos está sendo encaminhada para a alta classe média, dando origem ao perfil de demandas que concorrem ao sistema industrial".

"Contudo, se se leva demasiado longe essa política, a criação de novos empregos será insuficiente, agravando-se o dualismo estrutural que existe na economia".

"Compreende-se, portanto, que parte desse excedente permaneça em mãos do Estado a quem cabe assegurar que a criação de novos empregos não desça abaixo de certa cota crítica".

"A criação do sistema financeiro habitacional aparelhou o Estado para cumprir essa tarefa".

"O subsídio às exportações de manufaturas constitui, conforme indicamos, a terceira linha de ação seguida na segunda metade dos anos 60 com vistas a fomentar a expansão das atividades econômicas".

"É sabido que a industrialização baseada na substituição de importações tende a desqualificar as indústrias para exportação".

"A solução procurada consistiu num esforço inicial visando a aproximar os horizontes interno e externo dos preços industriais mediante uma redução considerável da tarifa o que foi feito em 1967".

"A partir dessa nova situação, foi criado um sistema de incentivos à exportação de manufaturas que implicam em subsídio da ordem de 40 por cento".

"A política seguida pelo Governo brasileiro, neste terreno, conta com efetivas possibilidades de êxito — é o Sr. Celso Furtado quem proclama — se bem que o acirramento da concorrência internacional faça prever um custo real crescente para as divisas obtidas mediante a exportação de manufaturas".

E finalmente indica ele quais os requisitos para que se mantenha a expansão da economia atual brasileira:

"A primeira condição para que o sistema com sua estrutura atual se mantenha em expansão é que a capacidade de pagamento no exterior aumente com uma taxa provavelmente

superior à do PIB". — Está sucedendo.

"A segunda condição é que o setor público, incluídos os investimentos na construção habitacional se mantenha em expansão. Cabe a esses investimentos a tarefa fundamental de criar novos empregos". Condição cumprida. Ninguém desconhece que isso é o que existe hoje no País.

"A terceira condição básica para que o sistema se mantenha em expansão é que seu setor de ponta — o bloco de indústrias cuja demanda é direta ou indiretamente gerada pelos consumidores de rendas altas — esteja em crescimento". Não há duas opiniões a respeito. Quem no Brasil ignora o crescimento vertiginoso de nossa indústria?

"O anel de "feed-back" (expansão da produção — expansão dos custos de produção — expansão da massa salarial — expansão da renda disponível para consumo — expansão da demanda de bens finais — expansão da produção) constitui característica fundamental da economia industrial subdesenvolvida — em que prevalece o excedente estrutural de mão-de-obra que condiciona a taxa de salário no setor moderno — o fluxo de salários gerado pelo sistema tende a ser insuficiente para que se forme esse anel. O modelo brasileiro, consiste essencialmente em uma tentativa para restabelecer o anel mediante a ação do Estado a quem cabe: a) assegurar que a demanda de bens duráveis de consumo se expanda adequadamente e b) promover a criação de um fluxo mínimo de novos empregos". — E não está sendo assim?

"A ampliação relativa e absoluta do mercado de bens duráveis de consumo articulada a uma política de criação de emprego e de subsídios à exportação responde pela elevada taxa de expansão que se observa no Brasil a partir de 1968". Senhores, quem diz isso é um dos maiores críticos da política financeira do atual Governo e que não a aplaude.

"Quando o observamos em conjunto comprovamos que o funcionamento desse sistema depende essencialmente de uma complexa ação do Estado".

Tal a essência da análise do modelo brasileiro de desenvolvimento feita de maneira severa e, portanto, absolutamente insuspeita por Celso Furtado.

Seus destaques, com os quais, óbvio, nem sempre concordamos, bem servem para lastrear aquelas observações que pretendemos fazer quanto à base do recente desenvolvimento da política adotada pelo Governo, que tem no PND, com diretrizes acadêmicas completamente contrárias às do ex-Ministro do Planejamento de antes de 1964, seu instrumento maior.

Depois do esforço pouco simpático dos primeiros anos e o sucesso dos períodos de 1968 a 1969, veio a *performance* (pode-se dizer) espetacular de 1970 e 1971, que justificou as referências ao "milagre brasileiro".

Mas, provada a eficiência das políticas realistas, a difamada máquina tecnicista do planejamento não se acomodou ao sucesso do passado. O Plano Nacional de Desenvolvimento configurou uma etapa de novo crescimento, agora a de crescimento consciente. As áreas de simples recuperação já se tinham esgotado, os estímulos então em franca vigência, era o momento de refinar um modelo estabelecido e comprovado em eficiência.

Somos insuspeitos para analisar o Plano em vigência, porque fomos daqueles a lhes fazer ressalvas. Naquela ocasião, todas as nossas emendas representavam uma tentativa de um pouco mais de refinamento quanto à política regional e social. Não que estivessemos contra o Plano, mas porque o quiséssemos um pouco mais arrojado.

Seus primeiros resultados, por desdiciendo, não vamos aqui salientar. Saltam aos olhos de todos. Desta mesma tribuna outros colegas, oradores outros, com riqueza de dados, já os enumeraram.

Tivemos ocasião, quando da votação do PND, de nos referir ao que era particularmente bom e àquilo que não nos pareceu tão eficiente quando da análise e votação do mesmo. É de justiça e adequado ressaltar à vista de novas variáveis e opiniões mais recentes os pontos da política implícita naquele documento.

Aquela era nossa opinião pessoal *ex ante* à vigência do PND.

Pode ser que sejam dignas de discussão as nossas próprias afirmações críticas e as menos construtivas de outros, quanto ao aspecto social do desenvolvimento, mas elas não invalidam a plenitude do sucesso de nossa tecnologia de política econômica. E não invalidam, porquanto estão sendo alcançadas as metas propostas pelos planejadores, que não foram ambiciosos em suas pretensões sociais, como pelo fato de que as opiniões insuspeitas de professores, como Celso Furtado e outros de seus colegas, nos têm levado a crer que metas sociais mais ambiciosas que as propostas e políticas reformistas mais audazes não seriam positivamente exequíveis.

O fenômeno da concentração de renda, por exemplo, é o que mais avulta nas críticas ao aspecto social do desenvolvimento brasileiro. Em meio a um sistema econômico aparentemente tão vigoroso, acode o embaraço de perceber ou pensar que o setor industrial e a abundância da

agricultura exportável podem estar sendo frutos do sacrifício secular da maioria.

Mas este é um Governo de realidade, de responsabilidade e de racionalidade, como destacou o seu Ministro Delfim Netto.

No estudo e na crítica comparativa, fixamo-nos na realidade e na racionalidade — ser responsável não é apreciar — não apenas apreciar, muito menos manter-se em demagógico pronunciamento constante da compreensão dos problemas da pobreza. Pode ser até responder pela atitude corajosa e pouco simpática de sacrificar alguns anos pelo futuro, pode ser também a opção independente e adoção de medidas que só não parecem mais graves e decisivas porque também preservativas do próprio processo de mudanças sociais que não deve ser reversivo. Não há exemplo no mundo de país em desenvolvimento, um que seja, que não tenha enfrentado tal sacrifício inicial por parte de sua população.

Por outro lado, não podemos aceitar, como de vez em quando aqui é citado, o acaso como o fator do desenvolvimento do presente. Não negamos que, em muitas conjunturas internacionais de gravidade, como na crise de 1929, na Guerra de 1940 e talvez na de 1952, o Brasil teve oportunidade de aproveitar as circunstâncias, para dar impulso positivo ao seu processo de industrialização ou desenvolvimento baseado na industrialização. Mas, não necessariamente agora esse desenvolvimento teria como base mais ampla esse impulso. Cremos nós, e conosco a maioria dos economistas, algumas políticas foram decisivas, políticas da Revolução, para agir paralelamente a uma conjuntura que se desenvolvia favoravelmente.

Seria ingênuo atribuir, à mesa situação internacional em crise financeira, uma ação com as variáveis da conjuntura interna, não fora a presença de condições novas, específicas do Governo Revolucionário — condições que permitiram a opção e a atividade no sentido da correção dos entraves econômicos. Algumas dessas condições foram, aliás, descritas e referidas pelos críticos citados.

De algum modo, aquele conjunto de condições políticas e as medidas que sua "inteligência", por assim dizer, tomaram, permitiram as ditosas afirmativas atuais sobre nosso sistema:

A UPL, o Ministro da Fazenda, Professor Delfim Netto:

"O Brasil encontrou, definitivamente, o seu caminho, graças ao dinamismo de suas forças internas e somente uma calamidade nacional é capaz de obstaculizar

a marcha do País para seu destino histórico..."

O Sr. Ministro continua suas declarações à imprensa internacional, terminando por afirmar que o Governo espera que o índice de crescimento do Produto Interno Bruto chegue a 10% no presente ano, reduzindo-se a inflação para 15%.

Com efeito, é insofismável o êxito do sistema de políticas econômicas montado pelo brasileiro para o crescimento e rápida industrialização. É ainda um feito mais notável que isso se tenha conseguido com paralela redução das pressões inflacionárias — talvez condição para o crescimento em si.

E como foi obtido? Pela adoção sensata de uma política gradualista.

Que dizer da política de formação do pequeno patrimônio (PIS e PRO-RURAL), da distribuição de terra (PROTERRA e PIN), da planificação da promoção do trabalhador rural (PRORURAL). Menos modestas, tais medidas encontrariam mecanismos de esvaziamento do próprio sistema; definidas nos moldes em que estão, elas são passos seguros para a fortificação do poder de barganha do trabalhador — única forma de distribuição de renda e riqueza não reversível.

E, para nossa surpresa, o mais avançado dos economistas postuladores de reformas sociais não nos propõe em sua crítica algo muito diferente, sob a forma apenas de uma política salarial. Trata-se de uma alternativa de política, porém com opção similar à que foi feita, quando afirma que "o problema fundamental consistia em criar condições para a retomada do processo de industrialização...", propondo a seguir uma política salarial de reorientação do processo de concentração de riqueza.

A síntese mais positiva para o grande dilema de concentrar como sinônimo de crescer, e desenvolver como sinônimo de redistribuir, parece, portanto, ser partilhada por todas as facções mais esclarecidas da doutrina econômica: concentrar na instituição com paralela distribuição pessoal.

Vamos mais além:

Temos ressalvas a fazer quanto a reformas sociais muito baseadas e dependentes da atitude empresarial que inclui a política de salários. A atitude empresarial é que define o salário em concorrência, e ela é estereotipada de modo a incluir nos custos todo tipo de redistribuição via salário. O próprio salário-mínimo é burlado quando a conjuntura empregatícia se pode definir pela lei da oferta e procura. O mesmo se pode dizer de todos os benefícios (entre aspas) dados, ou decretados sem uma corres-

pondência real no amadurecimento das próprias forças sociais de barganha.

Mas quando a parte contratante mais fraca do jogo de mercado é, de alguma forma, dotada de poder intrínseco e pessoal de barganha para concorrer, nenhum tabu, estereótipo ou tradição de privilégio lhe pode resistir. Ao trabalhador bem adestrado, não se negará o que ele exija em termos de concorrência pelo seu trabalho.

Ao trabalhador rural com pequena propriedade e um nível de educação necessário à vida, ter-se-á dado a capacidade de se alimentar devidamente e receber apoio técnico, optar por novas tecnologias de trabalho e pensar em inovações que o conduzam à elevação de sua produtividade.

PIS e o PROTERRA são, pois, instrumentos básicos para maior participação do trabalhador na renda nacional.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Ruy Santos — Permita-me interromper o admirável discurso de V. Ex.^a, no instante em que se refere ao PIS, para nele inserir trecho da fala do Sr. Presidente da República, pronunciada ontem na reunião do Conselho Monetário Nacional. Disse o Chefe da Nação:

"Posso hoje anunciar, com base nos dados relativos ao primeiro ano de funcionamento desse Programa, que a quota média a distribuir, entre os destinatários de seus benefícios, ascenderá a cento e dez cruzeiros, ao passo que a quota mínima será, aproximadamente, de sessenta e quatro cruzeiros."

E o Senado se lembra de que ainda há poucos dias se negou validade ao Programa de Integração Social. Diz mais adiante o Sr. Presidente da República:

"Quer isso dizer que ao empregado mais novo, aquele que trabalhou ao menos um ano, percebendo salário-mínimo, se creditará, em conta individual, a importância de quarenta por cento do salário-mínimo. Cinquenta por cento dos trabalhadores participantes, aproximadamente, perceberão quota superior a cem cruzeiros, devendo sessenta por cento do montante do Fundo tocar a trabalhadores que percebem dois salários-mínimos.

Determino que, dentro de um mês, a contar de hoje, se comece a expedir, para os respectivos endereços bancários, em todo o território nacional, os certificados das

quotas de participação nos resultados do Programa de Integração Social relativamente a seus quase seis milhões de beneficiários.

Estima-se para o exercício de 1972-1973 arrecadação de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, com aumento, pois, de 180 por cento sobre as contribuições recebidas no primeiro exercício. Para o exercício de 1973-1974, calcula-se arrecadação de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros, com aumento, assim, de aproximadamente trezentos e cinquenta por cento.

Nessas condições, a quota média progressiva do trabalhador-participante deverá atingir, no segundo exercício, a mais de duzentos cruzeiros, importância que alcançará, no terceiro exercício, quase quatrocentos cruzeiros, perfazendo uma quota total acumulada da ordem de setecentos cruzeiros.

Pode-se avaliar, diante disso, o que representarão, em poucos anos, para o trabalhador brasileiro, os frutos desse Programa. Inspirado nos postulados sociais e humanistas, que informam o ideário do regime, o PIS está sendo executado, como se colhe dos seus resultados, com a eficiência que caracteriza, em todos os setores, as iniciativas dos Governos da Revolução."

Eu não quis que V. Ex.^a concluísse o seu perfeito e completo discurso da análise da situação brasileira sem deixar intercalado nele esse fato a que se referiu o Sr. Presidente da República. Perdoe-me V. Ex.^a por esta interrupção.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Nobre Líder Ruy Santos, o aparte de V. Ex.^a enriquece o nosso discurso que outro objetivo não tem senão fazer análise fria e desapassionada mas, ao mesmo tempo, sincera daquilo que se nos apresenta como grande sucesso da política econômico-financeira do atual Governo da Revolução. Muito agradecidos a V. Ex.^a por esta grande contribuição.

Prosseguimos:

Mas isso não se obtém pela distribuição decretada nem pela caridade patriarcal. Cabe repetir, por mais que percamos a originalidade o tão conhecido provérbio chinês: "ensinar a pescar antes que dar-lhe um peixe". É a tentativa que está em pleno andamento dentro da ação de política econômica do Brasil.

De alguma forma, dizíamos, o PND representa o refinamento e o requinte setorial da nova arte dominada do planejamento.

Senão, observemos, Senhor Presidente, Senhores Senadores, seus grandes objetivos:

— colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria de nação desenvolvida;

— duplicar a renda per capita relativa a 1969;

— provocar o crescimento anual do PIB entre 8 a 10%, no triênio 1972/1974.

As metas sociais são o pressuposto para auto-sustentação futura do status definido nos objetivos;

a disseminação dos resultados;

as reformas institucionais;

a estabilidade política;

a segurança nacional.

Não precisamos chamar sua atenção para a interdependência dessas metas. Sem estabilidade política e segurança nacional é impossível movimentar-se o sistema em direção ao progresso. Sem que esse se verifique e seja propriamente disseminado a ordem corre perigo permanente. A prova de que em etapas, objetivos e metas se estão realizando, está também na sucessiva pacificação e clima de segurança a que o País tem chegado.

Quando a Nação atingir uma renda per capita de 600 dólares poder-se-á dizer, com restrições pequenas, que está no nível do desenvolvimento. Ora, se já no termo desse Plano em 1974, estaremos aos 500, elevando, portanto, em 100 dólares o atual nível de 400, que esperar-se do espaço de uma geração, nesse ritmo?

A Oposição não negará a perfeita coerência dos objetivos e metas referidos, nem sua consistência com a estratégia adotada em termos globais e setoriais.

O modelo de mercado engendrado para o Brasil, está com os modernos modelos econômicos, baseados principalmente na maneira de moldar as instituições e organizar o Estado, dando ao último forte participação na atividade econômica, como forma de gerir os fluxos básicos da produção, da alocação de fatores e da distribuição. Desta forma, consegue-se sem ingerência direta nos negócios ou estatização, uma influência sadia sobre os fluxos do investimento, da produção e da renda. Mais ainda, as instituições que dirigem a dinâmica do processo econômico, assim modelado, colocam o sistema em condições de competição atualizada no campo econômico e tecnológico.

O planejamento de longo prazo defende o sistema dos imprevistos do futuro e aproveita a criação de tensões do próprio processo para realização das mudanças sociais que asse-

guram participação crescente da população no progresso, sem incoerência ou irracionalidade nas decisões sobre a redistribuição da renda.

A racionalidade das estratégias está demonstrada: O Governo montando uma forte infra-estrutura, atento para o fator competição internacional, no assegurar o "suprimento de insumos essenciais: energia, petróleo, transportes, comunicações, siderurgia, matérias-primas, indústrias básicas".

A estratégia industrial do setor dinâmico do processo de absorção de tecnologia moderna é o núcleo do desenvolvimento; paralelo a ele se faz a estratégia do setor agrícola.

Observe-se a forma pela qual se associa a estratégia agrícola ao desenvolvimento esperado no mercado. A prioridade do setor agrícola é dada com destaque:

- 1.º aos setores com alta elasticidade renda;
- 2.º à industrialização dos produtos agrícolas;
- 3.º ao aumento da exportação de produtos agrícolas não tradicionais.

Também no setor agrícola, a política do desenvolvimento se fundamenta na agressividade estatal de reforma dos próprios mecanismos do mercado: incentivos fiscais e financeiros, quer à produção como aos investimentos, comercialização e transformação tecnológica, disseminação do uso de insumos modernos, pesquisa agrícola.

Em todos os aspectos essas são estratégias de ataque à origem dos problemas, soluções definitivas de auto-propulsão da atividade econômica. Não são, em nenhum dos casos, políticas paliativas ou patriarcais de demagógica correção momentânea de uma conjuntura negativa.

Tratam-se de soluções bem pensadas para auto-sustentação de um processo de desenvolvimento setorial incluso no planejamento global consistente.

No capítulo "Estratégia e Grande Espaço Econômico" define o PND o maior passo histórico para integração econômica do Brasil, só paralelo à própria instalação de Brasília como nova Capital.

Diga-se de justiça em matéria de integração nacional e integração social estávamos até então próximos, respectivamente, do feito dos bandeirantes (para a instalação de Brasília) e do advento da regulamentação do trabalho livre, (consolidação getulista das leis do Trabalho), para as inovações institucionais do Governo da Revolução. Quase nada desde aqueles marcos se fizera. No campo da integração nacional, repetimos só

a Nova Capital tirante a Transamazônica e a Cuiabá—Santarém se destaca como grande feito, enquanto no campo social, praticamente às posteriores iniciativas marcantes pertencem à Revolução — o FGTS, a unificação dos Institutos de Previdência, a institucionalização do mercado de capitais, o PIS, o PASEP, e agora o PND, o PIN, o PROTERRA e PRO-RURAL.

Não pretendemos que o PND seja o baluarte da integração social. Os programas sociais nele contidos não têm a antiga conotação paternalista — são todos racionalmente associados a uma possibilidade real de execução, à criação de mecanismos que tornam os setores independentes de proteção futura para continuidade de atuação eficiente. No caso de setores sociais, o objetivo é criar um sistema de "feed back" para integração de classes ao mercado de trabalho e de consumo. Dá-se à classe um efetivo poder de barganha através da fortificação de sua posição relativa na sociedade.

O PIS, PASEP, PROTERRA, e programa de casa própria de execução do BNH, por exemplo, não são apelos à valorização do trabalho — apelos ao idealismo ou retórica elaborada substitutiva de ação eficiente. Esses são programas de modesta mas efetiva capacidade de colocar os trabalhadores dentro de uma adequada valorização social, utilizando-se os próprios mecanismos de valorização já existentes na sociedade — formação de seu patrimônio, adestramento de seu potencial produtivo. Todos sabemos que pode barganhar quem tem um patrimônio, e é nesta condição que o programa governamental pretende colocar o trabalhador. Sabemos todos como a concorrência no trabalho é privativa dos que têm uma habilitação, e é aí que reside o âmago da questão da integração social, ao menos no Brasil.

Um programa racional de elevação social das classes trabalhadoras não pode pretender dar nada mais senão a habilitação para que o próprio homem concorra na sociedade pelos benefícios do progresso que ele próprio constrói.

Esse o mérito específico do PND: junto aos programas já iniciados pelos Governos da Revolução, não conhecemos nada de mais real, racional e eficiente na consecução das metas sociais.

Destaque-se ainda o muito peculiar desses programas que não tem a qualidade bombástica de esvaziar as tensões sociais que estimulam as mudanças. Pelo contrário, eles são pro-

gramas, alguns baseados na poupança forçada da sociedade, outros na redistribuição de renda e riqueza, feitos com prudência e discrição suficientes para não só manter mas até elevar em alguns casos, as tensões sociais necessárias ao progresso. Eles provocam mudanças efetivas e sólidas tais como a mobilidade social, novos hábitos de consumo e poupança etc.

Todos os problemas o Estado os abraçou de rijo, em toda a sua dimensão; não lhe escapou o social, o físico, o essencialmente econômico e a perspectiva do futuro em que uma nova forma de vida se delineia.

Dizia-se, talvez exageradamente, a partir de Schreiber, que o futuro desenvolvimento das nações envolveria tal diferença tecnológica que os homens de nações tecnicamente muito distanciadas pareceriam formar espécies diferentes do gênero humano.

Com mais moderação e sem passionalidade, as palavras do Ministro João Paulo dos Reis Velloso estão próximas daquela figura retórica, quando diz que a aceleração do progresso é tal que poderemos ter, a curto prazo, dois tipos diferentes de indivíduos — o de forma tradicional e o nascido em meio às rápidas transformações tecnológicas condicionado ao ambiente de alta intensidade científica e tecnológica. É prevenindo o completo esvaziamento dos progressos obtidos com tanto esforço pela Nação, que se inclui na planificação nacional o desenvolvimento científico e tecnológico. **Que Governo mais cuidou do assunto?** O tratamento preferencial desse setor é um dos seus pontos mais altos. Além da orientação geral do PND, o Ministério do Planejamento, com a indispensável colaboração do Conselho Nacional de Pesquisas, tem sido específico no equacionamento do problema, para acelerar a atuação do Governo na área da tecnologia e ciência. Recentemente, bem definiu seu titular os três aspectos distintos dessa ordenação:

1 — Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

2 — Elevação da eficiência das entidades atuantes;

3 — Estabelecimento de condições adequadas ao trabalho do pesquisador.

O primeiro aspecto inclui a harmonização das várias instituições atuantes no setor e ordenação dos seus projetos prioritários. Os dois outros di-

zem respeito à elevação da qualidade do trabalho global que se há de realizar em que ressalta a divisão de campo de ação entre o Ministério do Planejamento e o Conselho Nacional de Pesquisa.

Naturalmente o desenvolvimento tecnológico não é um problema isolado do desenvolvimento social e regional global. Todos os problemas do desenvolvimento sócio-econômico são interativos. A área de tecnologia e ciência, tanto está mais diretamente associada ao ensino de alto nível e qualificação como ao seu aproveitamento baseado em indústrias cada vez mais avançadas quanto, em uma fase posterior, à geração de novos recursos de alimentação do próprio processo de desenvolvimento e pesquisa.

No capítulo das grandes prioridades e metas setoriais do PNB figura o desenvolvimento científico e tecnológico com dois itens principais:

a) dispêndios em projetos prioritários com aumento de investimentos na ordem de 146% a partir da situação de 1970, até 1974 — preços constantes;

b) dispêndios com pesquisa de minerais atômicos com programação para mais 167% referida ao mesmo período.

Mas o desenvolvimento científico e tecnológico não está apenas dependente desses dispêndios e programas. Algumas metas referidas a setores onde se alocaram recursos muito mais amplos, tais como a educação superior, comunicação e outros, têm influência decisiva no desenvolvimento científico e tecnológico.

Sobretudo cumpre destacar ainda na política de desenvolvimento científico e tecnológico — racionalidade e realidade — como tônica de colocação das prioridades.

Um conjunto de fundos no sistema financeiro estará preparado para aplicar Cr\$ 1.100 milhões sob uma coordenação adequada do Plano Básico. Este controlará também a aplicação de recursos mobilizados de setores externos para fortalecimento das instituições da área pública e privada, visando a solução de problemas tecnológicos da indústria.

Paralelamente todos os organismos públicos de alta qualificação de recursos humanos estarão integrados numa Comissão que reformulará para revigoração a carreira de pesquisador. Não conhecemos investimen-

to mais seguro e produtivo que os similares a esses que fortificam recursos humanos com vistas a objetivos técnicos. A capitalização do próprio homem é, sem sombra de dúvida, das mais produtivas que se poderiam planejar. Justifica-se plenamente a citação de Marshal em seus Princípios. "Deixar riqueza nos filhos e não para os filhos".

Em anexo, para não mais alongar este já extenso pronunciamento, apresentamos em primeiro plano o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Metas e Projetos Setoriais) 1972-1974 do atual Governo que, sem favor, honra a administração de qualquer país. Nele são considerados: tecnologia industrial e agrícola, de saúde e nutrição, geociências, ampliação do corpo científico brasileiro e consolidação dos Centros Regionais de Pós-Graduação, Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica, Pesquisa Fundamental (Astrofísica, Física Nuclear e Matemática) e Programas Nuclear e Espacial.

Mas Sr. Presidente Srs. Senadores, a abordagem do desenvolvimento tecnológico implica na de assunto muito polêmico:

O argumento da alternativa tecnológica do uso intensivo de mão-de-obra em lugar de atualíssimas formas intensivas de capital é outro que, como a distribuição de renda, ocupa a pauta das nossas discussões na crítica da política governamental.

Somos, como no caso da distribuição de renda, os primeiros a reconhecer que também o Governo não está satisfeito com o número de empregos disponíveis para a juventude que, ano a ano, se integra à formação de trabalho ou se marginalizará do processo econômico.

Mas, nós nos perguntamos se a fortificação da empresa, o estudo intensivo da ciência e da tecnologia modernas, os estímulos a toda sorte de atividade de modo a que o processo econômico seja intenso e extenso, como nos últimos tempos tem sido, se todo esse conjunto harmonioso de medidas não gera o número de empregos necessários para a correção de distorções passadas, herdadas pela revolução no mercado de trabalho,

cabará realmente a culpa à era econômica que cada vez mais gera empregos?

Não vamos discutir, por falta de tempo, as afirmações de que o próprio Governo induz a empresa à utilização de tecnologia capital intensiva. Diríamos o mesmo fato de outro modo: que o Governo induz à elevação da produtividade e, provavelmente para o empresário, a tecnologia capital intensiva seja a mais produtiva.

Argumenta-se que em alguns casos, como no Nordeste do Brasil, o custo social da mão-de-obra ou seu custo- oportunidade é inferior ao custo do mercado, o que justificaria o emprego de mão-de-obra para elevar a produtividade global. Mas isso não é argumento válido para a empresa e o conjunto de atividades econômicas é relacionado à unidade empresa-realidade da qual não podemos fugir.

O Estado pode atuar sobre as decisões empresariais apenas indiretamente, através dos estímulos. Mas só até certo ponto e esse "certo ponto" não chega a alcançar a opção por uma alternativa tecnológica de uso intensivo de mão-de-obra porque ela seja lucrativa ao grupo social. Para que seja adotada deve também satisfazer à empresa. É dado da conjuntura que tenhamos de contar com a decisão empresarial a nível microeconômico e a política econômica deva atuar no âmbito macroeconômico.

Se o raciocínio fosse apenas referido a termos de justiça social, poderíamos ainda discuti-lo, não fora o fato ressaltado recentemente por Nilson Holanda. É que essa argumentação se refere a pressupostos estáticos e de curto prazo, enquanto desenvolvimento é primordialmente dinâmico e de longo prazo.

O Governo está, pois, no caminho certo. Tecnologia adequada com sensatez, levando a um desenvolvimento que não pode ser mais contestado.

Em pronunciamento posterior abordaremos com mais profundidade o avanço de nosso País no setor tecnológico, do qual nossa participação marcante na CACTAL já é uma demonstração insofismável.

Nessa ocasião pretendemos, pela sua atualidade, discutir a justeza de nossa política nuclear da qual, não há

segredo, somos um dos defensores. Lamentamos no momento, não fazê-lo por falta de tempo.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com os agradecimentos pela paciência em ouvir tão longa enunciação de dados e fatos, de opiniões e pronunciamentos, gostaríamos de dizer que próximo está — disto temos convicção — pela ação do Governo e a capacidade de nosso povo, o encontro prometido pela Revolução do Brasil com seu futuro de potência de primeira grandeza no universo. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, EM SEU DISCURSO.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O Capítulo II, da Parte II, do PND, apresentou a Política Tecnológica Nacional, inclusive nos campos de Energia Nuclear e Pesquisa Espacial.

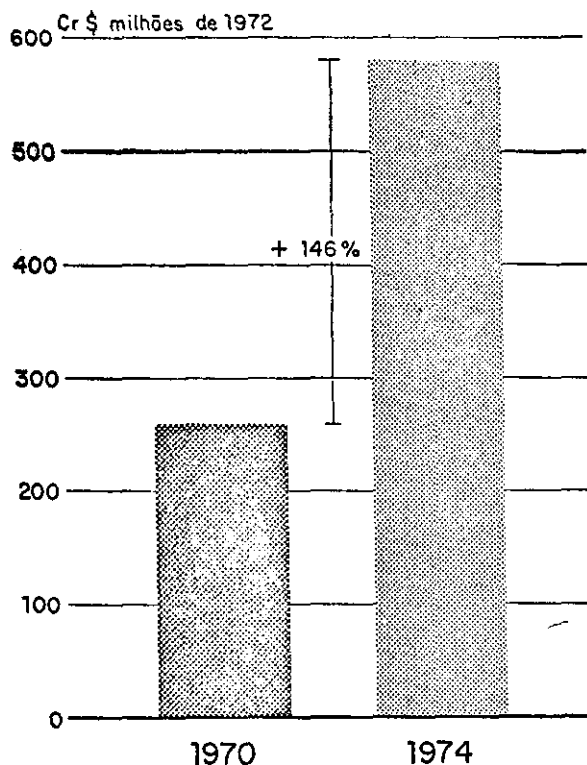
O Governo, através do FNDCT, de financiamentos externos e outras fontes de recursos, está destinando substancial volume adicional de recursos ao desenvolvimento científico e tecnológico, para permitir a execução de um plano básico no setor.

Para implementação dos campos de atuação definidos, o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) abrangerá projetos em dois grupos:

Grupo I — Projetos de pesquisa executados por diversas instituições federais, estaduais e privadas, sob a coordenação e com a assistência financeira principal do Conselho Nacional de Pesquisas, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do BNDE-FUNTEC.

Grupo II — Programas especiais que, por sua importância técnico-econômica, elevado grau de complexidade e grande volume dos recursos requeridos para o seu desenvolvimento, exigirão soluções próprias quanto à administração: Programa Nuclear e Programa Espacial, que se desdobram em numerosos projetos específicos, a cargo, principalmente, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DISPÊNDIOS EM PROJETOS PRIORITÁRIOS
(PLANO BÁSICO)**PROJETOS PRIORITÁRIOS**
Elenco**Grupo I**

- 1) Tecnologia Industrial
 - De Processos
 - Eletrônica
 - De Materiais
- 2) Programa Especial de Tecnologia Industrial
- 3) Tecnologia Agrícola
 - Ministério da Agricultura
 - Outros Projetos
- 4) Saúde e Nutrição
- 5) Geociências
- 6) Ampliação do Corpo Científico Brasileiro e Consolidação dos Centros Regionais de Pós-Graduação.

7) Utilização do Potencial Científico da Academia Brasileira de Ciências.

8) Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica.

9) Pesquisa Fundamental

- Astrofísica
- Física Nuclear
- Matemática

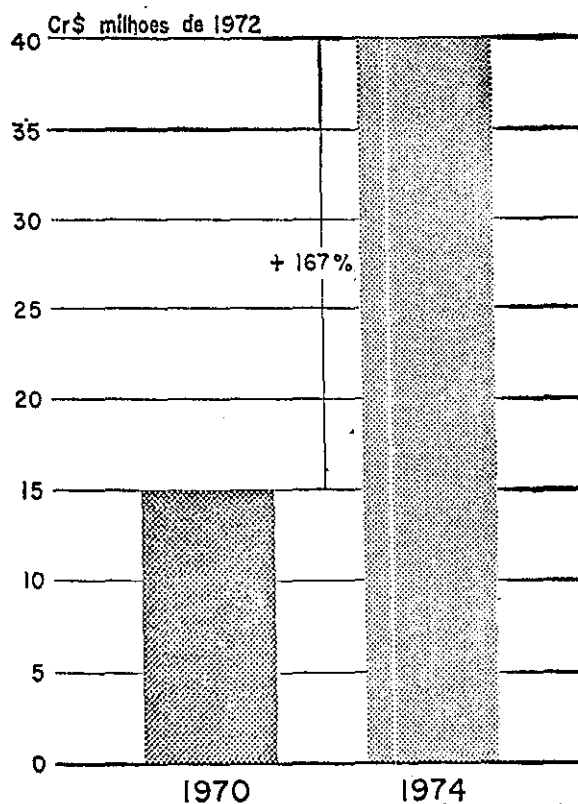
Grupo II

- 1) Programa Nuclear
- 2) Programa Espacial

Descrição:**GRUPO I****Tecnologia Industrial de Processos**

Dando cumprimento à política nacional de uso das reservas nacionais

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DISPÊNDIOS COM PESQUISAS DE MINERAIS
ATÔMICOS

de rochas fosfatadas, o BNDE associou-se ao BDMG e a duas empresas particulares para a constituição de uma sociedade civil, destinada a explorar industrialmente as jazidas de apatita de Araxá, cuja reserva é estimada em 100 milhões de toneladas de minério com 22% de P_2O_5 . As pesquisas tecnológicas anteriormente de P_2O_5 da ordem de 20 milhões de toneladas.

Por via diferente da seguida pela PETROBRAS, o Instituto de Química da UFRJ conduzirá investigações em química do xisto com a finalidade de desenvolver processos econômicos para a extração do óleo e o aproveitamento integral do enxofre.

Nesse mesmo Instituto, será desenvolvido projeto de pesquisas sobre polímeros orgânicos, tendo em vista sua modificação química. Este estudo servirá também a outro que, com a colaboração da PETROBRAS e do BNDE,

a COPPE da UFRJ desenvolverá pesquisas sobre permeação de gases e líquidos através de membranas, visando ao desenvolvimento de novas células de permeação de especial interesse para a petroquímica. Já foi desenvolvida e patenteada uma célula de permeação cuja área é 18 vezes maior do que a tradicionalmente utilizada. Estão em curso experiências e análises de utilização da célula para misturas selecionadas. Em 1972, as investigações já serão feitas em instalação-piloto tendo em vista os resultados conseguidos até agora.

Eletrônica

O Laboratório de Microeletrônica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo concluiu a construção, inédita no País, de um circuito eletrônico integrado, como primeira fase de um projeto dedicado ao desenvolvimento de dispositivos semicondutores. Este projeto, em sua segunda fase, abrange ainda pesquisas relativas aos seguintes campos: técnicas de crescimento epitaxial de cristais, produção de junções por liga e produção de junções por difusão. O laboratório inclui também entre seus objetivos: treinamento de engenheiros e de pessoal técnico, projetos de máquinas especializadas, desenvolvimento de processos de fabricação de dispositivos semicondutores e circuitos integrados. Em face dos resultados já alcançados, deverá ser promovida a ampliação do laboratório, a partir de 1972, reforçando sua capacidade de apoio à indústria eletrônica.

A Diretoria de Comunicações e Eletrônica do Ministério da Marinha (DCEM) incentivará, através de contrato a ser firmado com empresas nacionais, o desenvolvimento industrial, no País, de tecnologia de circuitos digitais para uso em computadores eletrônicos. A etapa inicial do projeto prevê a fabricação de uma Unidade Central de Processamento, ao longo de 3 anos. Ainda a DCEM promoverá o desenvolvimento, pela indústria nacional, de equipamentos eletrônicos destinados ao atendimento das necessidades específicas da Marinha, bem como à satisfação de exigências de setores diferenciados, mediante alterações de pequeno porte nos equipamentos citados, compreendendo as seguintes linhas de pesquisa: máquina tele-impressora, receptor de HF com sintetizador e acoplador de antena com transmissão automática. Outro projeto tem por objetivo solucionar o problema da fabricação nacional de componentes dotados de alto grau de confiabilidade para utilização em equipamentos profissionais e militarizados. A DCEM realizará ensaios em componentes de produção normal e fará encomendas de desenvolvimento, pela indústria nacional, de componentes ainda não fabricados.

Por outro lado, o Instituto de Pesquisas da Marinha, através de seu grupo de Eletrônica, pretende desenvolver um receptor simplificado que permita captar os sinais emitidos pelos satélites de navegação do sistema NAVSAT e obter elementos que possibilitem determinar a posição do receptor, utilizando-se os desvios de frequência causados pelo movimento relativo entre o navio e o satélite (efeito Doppler).

De Materiais

O Instituto Militar de Engenharia (IME) concluirá, no período, a implantação do seu Centro de Ciências dos Materiais, que estará habilitado a realizar pesquisas teóricas e experimentais de grande interesse industrial nas áreas de metalurgia física, cerâmica, estado sólido e química. A operação do Centro far-se-á em última articulação com os programas de pós-graduados realizados pelo IME.

O projeto do IME compõe-se harmoniosamente com as iniciativas programadas principalmente no Instituto de Física da Universidade Estadual de Campinas, onde a ênfase é dada ao desenvolvimento de semicondutores, e na Fundação Universidade Federal de São Carlos e Escola de Engenharia de São Carlos, estas duas associadas na realização de ensino e pesquisas em física dielétricas.

Programa Especial de Tecnologia Industrial

O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em articulação com o CNPq, negocia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, empréstimos em benefício de um programa especial de fortalecimento da capacidade interna do País na solução de problemas tecnológicos de sua indústria, aí compreendidos o próprio planejamento industrial, as técnicas aperfeiçoadas de gestão e controle empresarial, normalização e metrologia e as engenharias de processo e de produto. O programa envolverá dispêndios no montante aproximado de US\$ 100 milhões, pleiteando-se do BID empréstimos de US\$ 40 milhões que assegurarão principalmente a aquisição de bens e serviços estrangeiros e/ou a realização de obras civis de vulto em condições de prazos de amortização e juros compatíveis com a natureza da atividade financiada.

Os projetos específicos selecionados e em fase de identificação compreendendo mais de 15 instituições, consoante acordado com o BID, classificam-se em:

Institutos de pesquisa tecnológica de caráter nacional.

— Institutos de pesquisa tecnológica de caráter regional;

— Institutos ou centros de pesquisas vinculados a empresas industriais;

— Institutos de informação tecnológica, econômica e social e de normalização e controle.

Os projetos compreendidos no Programa abrangerão os seguintes objetivos, no campo do desenvolvimento da ciência e da tecnologia:

— melhoramento do sistema nacional de pesos e medidas, incluindo a calibragem de instrumentos e equipamentos, controle de qualidade e proteção do consumidor;

— incremento das pesquisas sobre tecnologia de materiais, metais, cerâmicas, polímeros sintéticos, mineração, ligas ferrosas e não-ferrosas (titânio e magnésio) etc.;

— auxílio à pesquisa aplicada em microondas e semicondutores, em apoio à indústria eletrônica;

— apoio às pesquisas sobre tecnologia de motores, madeiras, máquinas e ferramentas;

— ampliação dos trabalhos vinculados à tecnologia de alimentos, incluindo frutas tropicais, valores nutricionais e novas fontes de alimentos, assim como a tecnologia de transformação de produtos vegetais e animais em produtos farmacêuticos;

— pesquisas sobre tecnologia do carvão, fósforo e titânio;

— pesquisas sobre produtos siderúrgicos, processos aplicáveis à indústria siderúrgica e técnicas de gestão e controle de empresas siderúrgicas;

— técnicas de processo, exploração, refinação, produção, unidades-piloto em petróleo e petroquímica, inclusive fertilizantes;

— auxílio às investigações sobre linhas de alta tensão;

— ampliação do sistema de armarazenamento e propagação de informações, estatísticas físicas, industriais, econômicas e sociais e desenvolvimento de um centro de informação científica e tecnológica;

— treinamento de pessoal de alto nível vinculado diretamente a programas de tecnologia e produtividade industrial e aos processos de informação, solução de problemas da indústria e criação das condições para a maximização da utilização dos conhecimentos tecnológicos do País e do exterior;

— intercâmbio de investigadores e tecnólogos, dentro da assistência técnica prevista para o Programa.

Tecnologia agrícola

Ministério da Agricultura

O programa compreende várias pesquisas de importância, ampla-

mente descritas no capítulo pertinente ao setor, e das quais se oferece uma síntese, a seguir:

— Programa Nacional de Pesquisas Agronômicas e Veterinárias, que engloba pesquisas fitotécnicas, zootécnicas, pedológicas e tecnológicas voltadas para as culturas e espécies animais de significação econômica nacional. Os projetos são da responsabilidade direta dos Institutos de Pesquisas e Experimentação Agropecuária distribuídos pelas diversas regiões do País.

— Programa Nacional de Sementes Melhoradas, parte em execução no Centro-Sul (com financiamento do BID), parte contemplando o Norte e Nordeste (com a colaboração da SUDAM e SUDENE).

— Programa Nacional de Fertilizantes e Corretivos, destacando-se trabalhos de prospecção de calcário, além de pesquisas especiais sobre condições adequadas de adubação de diversas culturas, a cargo do IPEA, com a colaboração do BNDE e ANDA.

— Pesquisas de variedades vegetais resistentes e de métodos culturais para controle de pragas e doenças (defensivos).

— Pesquisas de desenvolvimento de equipamentos agrícolas apropriados às condições brasileiras.

— Pesquisas destinadas à incorporação ao processo produtivo da região dos "cerrados" (cerca de 2 milhões de km² de área no Planalto Central).

— Pesquisas visando alcançar índices adequados de rendimento da pecuária de corte e de leite.

— Aplicação sistemática da ciência e tecnologia para o desenvolvimento florestal, com a colaboração do PNUD.

— Pesquisas voltadas para a modernização do sistema de abastecimento.

Outros projetos

O Governo do Estado de São Paulo, através do Instituto Agronômico de Campinas, promoverá pesquisas agronômicas em áreas compreendidas pelos seguintes projetos: amendoim qualidade papelaria de celulose do bambu, qualidade dos fios de algodão, genética do arroz, batata inglesa, mandioca, mutações de tomateiro, frutas cítricas, menta milho, afídeos vetores de moléstias de vírus, moléstias de vírus em diversas culturas, pragas que atacam plantas olerícolas, áreas aluviais, efeitos de erosão e prática de conservação de solos, formas de ocorrência de nitrogênio no solo, química agrícola. Complementando este programa, o IAC executará um conjunto de pesquisas visando a determinar: 1) as áreas do Estado de São Paulo apropriadas a cultura do feijoeiro e 2) os fatores climáti-

cos adversos que podem ser controlados em benefício da mesma cultura.

Através da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba, serão realizadas pesquisas objetivando dobrar o rendimento cultural do milho nas áreas de São Paulo, sul de Minas Gerais e norte do Paraná. O projeto desenvolverá também estudos de mercado (comercialização interna e externa do excedente esperado), pesquisas de melhoramento genético e exame de problemas sociológicos peculiares ao meio.

Na Região Sul do País, o Instituto Regional de Pesquisas Agropecuárias do Sul (IRPAS) desenvolverá um projeto integrado de pesquisas rizícolas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ainda nesse sentido, encontra-se em fase de elaboração um projeto objetivando a criação de novas variedades de trigo na Região Sul, compreendendo as seguintes linhas de pesquisa: 1) criação de variedades: resistência a doenças, adaptação do ciclo vegetativo às condições climáticas e adaptação de variedades às peculiaridades do solo; 2) utilização mais econômica de variedades melhoradas.

A Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas (Rio Grande do Sul) coordenará projeto sobre cultivo e técnicas culturais para a produção de tomates destinados à industrialização.

A Associação Nacional para Difusão de Adubo (ANDA), desenvolverá, em combinação com entidades públicas e privadas, um programa de pesquisas, sobre fertilizantes de solos, visando a determinar as condições mais adequadas de adubação para as culturas de milho, trigo, feijão, amendoim, soja e algodão na região Centro-Sul. Em continuação a esse projeto, o ANDA irá promover a implantação de uma instalação piloto para testar processos industriais e formulações de fertilizantes, prevendo-se a cooperação financeira do BID para essa unidade experimental.

A Escola de Agronomia da Universidade do Ceará, realizará projetos de pesquisas nos seguintes campos: feijão, milho e mandioca; pastagens e nutrição animal (bovinos, aves e suínos); mercado e comercialização de produtos agrícolas; economia da produção da empresa agrícola.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, órgão vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), conduzirá pesquisas científicas sobre extensas áreas da região amazônica, tendo em vista a utilização econômica ótima de seus recursos florestais.

Saúde e nutrição

Além da programação da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, do Ministé-

rio da Saúde, merecem menção os seguintes projetos, no âmbito de outras instituições federais:

A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto conduzirá, em colaboração com a Faculdade de Agronomia de Jaboticabal, um projeto de pesquisas no campo de nutrição humana e animal. O projeto será ampliado com o desenvolvimento de pesquisas análogas pela Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, dentro do programa que se negocia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Criar-se-á um Centro de Nutrição Humana, em caráter de plano-piloto, com estrutura multidisciplinar, controle sociológico apurado e aparelhamento moderno.

A Universidade Federal de Pernambuco, por seu Instituto de Antibióticos, desenvolverá pesquisas no campo da química de produtos naturais, que se completam com as atividades a cargo do Instituto de Pesquisas da Marinha, que estuda meios de: 1) estabelecer o controle sobre doenças parasíticas, em particular a esquistossomose, a partir de composto extraído de animais marinhos; 2) obter derivados de produtos naturais dotados de atividades anti-câncer; e 3) identificar agentes bioquímicos capazes de controlar a vida de insetos causadores de pragas de lavoura.

Sob a coordenação do Centro de Pesquisas de Produtos Naturais da UFRJ e com a colaboração de instituições nacionais e estrangeiras, será conduzido um amplo projeto de pesquisas, visando a obtenção de meios eficazes de combate biológico a pragas de lavouras e parasitoses humanas. Os principais problemas envolvidos são a) natureza dos agentes químicos responsáveis pela comunicação, atração e repulsão existente entre insetos; b) substâncias presentes em plantas e animais, atraentes de pragas; c) hormônios capazes de controlar o desenvolvimento dos parasitas e respectivos transmissores responsáveis pela malária e doença de Chagas.

Geociências

O Instituto de Geociências, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizará, no campo de geomorfologia tropical, pesquisas visando a: 1) identificação e análise de solos em condições tropicais, e 2) avaliação do comportamento dos macro e microelementos nesses processos. Em complementação, a Academia Brasileira de Ciências, coordenará a montagem de projeto multidisciplinar na área de fertilidade de solos e técnicas de fertilização que se integrará com o de geomorfologia tropical. Esse novo projeto se iniciará em 1972, contando com a participação de diversas instituições de pesquisas e da Associação

Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA).

Na área de geoquímica e geofísica aplicada, o Instituto de Geociências e o Instituto de Física, da Universidade Federal da Bahia empreenderão, associados, um conjunto significativo de projetos que, além de eventuais resultados práticos, contribuirão para substancial melhoria da qualidade do ensino. Destacam-se, no elenco, os projetos de delimitação de zonas mineralizadas de cobre e enxofre no Estado da Bahia, com aplicação de métodos geoquímicos. E na área da geofísica, as pesquisas de avaliação de sistema eletromagnético para medir indutivamente polarização elétrica e condutividade, como método de prospecção mineral e de água à distância; prospecção geofísica de cobre, zinco e chumbo, estudo das técnicas de armazenamento subterrâneo de água.

O Ministério de Minas e Energia, representado pela PETROBRAS e CPRM, o Ministério da Marinha pela Diretoria de Hidrografia e Navegação e o CNPq deverão completar os estudos necessários à aquisição e operação de uma embarcação especializada em pesquisa no fundo do mar, tendo em vista, principalmente, a prospecção de recursos minerais. O projeto permitirá também a participação de outras instituições de pesquisas oceanográficas do País, através da coordenação do CNPq.

Ampliação do Corpo Científico Brasileiro e Consolidação dos Centros Regionais de Pós-Graduação

O Conselho Nacional de Pesquisas, intensificará substancialmente sua atuação, oferecendo, no período, um número crescente de bolsas de pós-graduação e de pesquisa, inclusive no exterior. As prioridades fixadas pelo CNPq, na distribuição de bolsas de estudo e de pesquisa, beneficiam preferencialmente as áreas ligadas à Química, à Física, à Matemática, à Geologia e à Agricultura. A concessão de bolsas para formação no exterior só se dará naquelas especialidades e níveis ainda não ministrados nos Centros de Pós-Graduação do País.

A atuação do CNPq será complementada pela CAPES e pelo BNDE-FUNTEC, que dispõem de recursos ampliados à docência superior e à pesquisa. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — como já está fazendo — poderá aumentar os recursos à disposição do programa.

O BNDE tem-se constituído no principal suporte financeiro dos cursos de pós-graduação, apoiando a sua realização em cerca de 35 entidades, compreendendo uma população de mais de 2.600 estudantes em dezembro de 1970, distribuídos entre

as seguintes áreas de conhecimento (e número de campos de especialização): Física (7), Matemática (3), Biologia (3), Química (6), Agronomia e Veterinária (3), Geociências (3), Ciência de Computação (3), Engenharia (24), Economia (3).

Com o prosseguimento da implantação da Reforma Universitária e com o funcionamento da Comissão Nacional dos Centros Regionais de Pós-Graduação, o programa de ampliação do corpo científico ganhará melhor coordenação e perspectivas mais seguras de desenvolvimento.

Aplicações previstas de cerca de Cr\$ 138 milhões (parcela referente ao CNPq e CAPES).

Utilização do Potencial Científico da Academia Brasileira de Ciências

A Academia Brasileira de Ciências receberá recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para um programa inicial de três anos, compreendendo os seguintes conjuntos de atividades, em complemento à atuação do CNPq:

— Organização, nos planos regional, nacional e internacional, de simpósios e mesas-redondas sobre temas científicos de particular interesse para o desenvolvimento econômico e social do País;

— Estabelecimento de convênios de intercâmbio científico com instituições congêneres de outros países, na forma de visitas de cientistas, nos dois sentidos, para colaboração em trabalhos de pesquisas de interesse mútuo;

— Edição de periódicos que assegurem pronta divulgação de trabalhos científicos originais, bem como de compêndios, monografias, catálogos, revisões etc., de imediato interesse para o desenvolvimento da atividade científica nacional;

— Coordenação de um amplo programa de pesquisas e levantamentos ecológicos no território nacional, já iniciados, e necessários em face da rapidez com que o crescimento populacional e a introdução de inovações de caráter tecnológico vêm alterando profundamente o ambiente natural do País.

Os recursos proporcionados pelo FNDCT permitem melhorar a eficiência administrativa da Academia para o desempenho das funções previstas no programa.

Aplicações previstas de Cr\$ 4 milhões.

Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica

Através de coordenação, constituir-se-á uma rede de serviços de informação e documentação. Essa rede, descentralizada em sua operação, se-

rá constituída de Subsistemas de Informação que terão o objetivo de atender, com eficiência, a demanda de informação dos pesquisadores, cientistas e tecnólogos, das empresas e de seus técnicos e administradores e das instituições governamentais e particulares de planejamento, desenvolvimento, ensino e pesquisa.

Inicialmente, prevê-se a constituição dos seguintes Subsistemas:

— Subsistema de Informação Científica;

— Subsistema de Informação Tecnológica Industrial Livre;

— Subsistema de Informação Tecnológica Patenteada, com criação do Banco de Patentes;

— Subsistema de Informação sobre Infra-Estrutura e Serviços;

— Subsistema de Informação Agrícola;

— Subsistema de Coleta e Disseminação de Informações no Exterior.

Pesquisa Fundamental

Astrofísica

As pesquisas em astrofísica estarão basicamente concentradas no Observatório Nacional, no Centro de Radioastronomia e Astrofísica da Universidade Mackenzie e no Centro Técnico Aeroespacial, que integram os seus diferentes projetos em programas associados de modo a utilizar eficientemente seus recursos humanos e suas instalações.

O projeto de maior vulto está a cargo do Observatório Nacional, e deverá ser amparado pelo FNDCT. Consta da instalação, na Serra da Piedade, nas vizinhanças de Belo Horizonte, de um observatório nucleado em torno de um telescópio de 60 cm, com finalização prevista para este ano. Servirá de laboratório-piloto para a implantação de um potente sistema dotado de telescópio de 1,60 m, com localização prevista em Caldas, Minas Gerais, cujo início e finalização estão previstos para o período 1972/1974. Com esta ampliação, o Observatório Nacional terá reais condições para coordenar o programa nacional de pesquisas astrofísicas e participar, com proveito, dos programas internacionais, principalmente os que se realizam em nosso continente.

O Centro da Universidade Mackenzie, com o auxílio principal do BNDE-FUNTEC, está completando a instalação de radiotelescópio, com uma antena parabólica de 45 pés.

O programa está concebido de maneira a permitir também a sua integração com o programa de pesquisas orientadas para as atividades espaciais.

Física Nuclear

Os projetos de maior porte são do Instituto de Física da Universidade

de São Paulo com a instalação em fase final de um acelerador de partículas "Pelletron" e um acelerador do tipo linear no Instituto de Física da PUCRJ, que está iniciando a operação de um acelerador Van de Graaf. Prevê-se boa articulação entre os três laboratórios, tão logo estejam em funcionamento normal. Esse programa receberá significativo apoio federal, através do BNDE, CNPq e FUNDCT. Dadas as suas dimensões, os laboratórios citados ensinarão a participação em seus trabalhos de pesquisadores e equipes estrangeiras, em especial provenientes dos países latino-americanos.

Visando ao desenvolvimento da tecnologia nacional no campo dos aceleradores de partículas, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o BNDE e o CNPq estão promovendo a construção, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, de um acelerador linear. O projeto prevê duas fases, cada uma delas correspondendo a um módulo com 40 M e V de potência.

Matemática

Programa-se considerável expansão do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), vinculado ao CNPq, particularmente em campos aplicados às Ciências Sociais (com ênfase em Economia), à Ciência de Computação e à Física. Para isto será necessário consolidar o corpo de pesquisadores do IMPA e dotá-lo de instalações adequadas. Poderá, então, o IMPA aumentar a sua contribuição à formação de Matemáticos, à consolidação e criação de outros centros, e ao desenvolvimento das técnicas matemáticas aplicadas ao planejamento econômico e social. Com este objetivo o IMPA deverá colaborar em projetos e atividades de interesse do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Poderá o IMPA vir a contar com significativo aporte de recursos externos para o cumprimento de seu plano de expansão no período 1972/1974.

GRUPO II

Programa Nuclear

A título ilustrativo, relaciona-se a seguir um elenco de projetos de pesquisas que serão desenvolvidos coordenadamente por diferentes instituições vinculadas à CNEN:

O Instituto de Energia Atômica (IEA), em São Paulo, realizará estudos de desenvolvimento de uma unidade de purificação de concentrados de zircônio e sua transformação em óxido de zircônio comercial. Realizará ainda outros estudos especializados na área da tecnologia de materiais nucleares, destacando-se: montagem e solda de elementos combus-

tíveis, materiais de revestimento, ensaios de corrosão e ciclagem técnica de componentes, variações das propriedades do cimento, concreto, metais e ligas sob a ação de radiação de neutrons rápidos e variações de temperatura.

O Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR), em Belo Horizonte, realizará pesquisas básicas e aplicadas sobre propriedades de aços especiais, concreto e ligas de zircônio.

O Instituto de Energia Nuclear (IEN), no Rio de Janeiro, encarregar-se-á de pesquisas em aços e ligas especiais, principalmente aço inoxidável, para reatores rápidos; montagem de sistemas para simulação de condições nos reatores; determinação de parâmetros para fabricação e controle da qualidade de material nuclear, particularmente medidas anticorrosivas.

Tanto o IEA, como o IPR e o IEN desenvolverão pesquisas combinadas sobre a fase do ciclo de combustíveis nucleares (urânio e plutônio).

No campo da tecnologia de reatores, cada um dos Institutos mencionados conduzirá investigações específicas de interesse direto da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, a saber: reatores de água, reatores a alta temperatura e reatores rápidos a sódio.

As pesquisas sobre aplicação de radioisótopos na indústria abrangem técnicas de utilização de radioisótopos na fabricação de equipamentos, bem como no desenvolvimento de novos métodos de construção de equipamentos e sua transferência gradativa à indústria e instituições de engenharia. Os Institutos ligados à CNEN ficarão sempre que possível, incumbidos apenas das atividades de rotina.

Desenvolver-se-ão, também, com a coordenação da CNEN, pesquisas sobre aplicação de radioisótopos em medicina e biologia nas seguintes entidades: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Medicina Nuclear da Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco.

Na área da Agricultura, desenvolver-se-ão pesquisas de aplicação de radioisótopos nas seguintes entidades: Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ), e na Universidade Rural, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Várias linhas de pesquisas básicas e aplicadas serão conduzidas pelos Institutos filiados à CNEN, destacando-se os campos da Física Nuclear, Física de Reatores, Eletrônica,

Metalurgia, Física dos Sólidos, Análises Espectrográficas e Radioquímica.

Programa Espacial

A programação do INPE e que a COBAE deverá examinar e compatibilizar com a programação global, compreende:

— Pesquisas em geodésia geométrica e dinâmica, inclusive com a utilização de laser para rastreamento de satélite (GEOS).

— Pesquisas meteorológicas com utilização de estações receptoras de fotografias tiradas por satélite, radiossondagem e radiação.

— Pesquisas meteorológicas com utilização de foguetes de sondagem.

— Pesquisas em ciência espacial com foguetes de sondagem e estudos de processos fotoquímicos mediante radiopropagação em tungstênio.

— Estudos de viabilidade de implantação de sistema educacional via satélite, dentro da programação da Comissão Interministerial de Sistemas Avançados de Tecnologias Educacionais (SATE).

— Pesquisas em geomagnetismo, com utilização de magnetômetro automático e processamento por computador.

— Pesquisas geofísicas com utilização de laser.

— Pesquisas com balões estratosféricos para telemetria de fótons de alta energia.

— Pesquisas de ruídos atmosféricos para prever o efeito da interferência em radiocomunicações e para estudos de propagação de baixas frequências e de camadas mais baixas da ionosfera.

— Pesquisas de aplicação de sensores remotos. Cumprida, em parte, a identificação sistemática de recursos naturais mediante sensores remotos transportados por aviões, passou-se ao recolhimento e interpretação de dados transmitidos por satélites. Continua-se o trabalho com emprego do avião "Bandeirante".

— Estudos de radioastronomia, especialmente pela observação dos fenômenos solares em radiofrequência e suas correlações com distúrbios ionosféricos. Continua programado um radiotelescópio para estudos de fontes no hemisfério austral. Projetou-se um telescópio, cujos componentes óticos estão em fase de importação.

— Estudo da ionosfera terrestre através de radiossondagem (SONDA).

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O nobre Senador Franco Montoro enviou à Mesa discurso

para ser publicado nos termos do art. 227 do Regimento Interno.

S. Ex.^a será atendido.

É O SEGUINTE DISCURSO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. SENADOR FRANCO MONTORO:

Simpósio e Sugestões para a realidade Brasileira

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tivemos a satisfação e a honra de participar, durante uma semana, na Venezuela, de um simpósio sobre Democracia participativa promovido pelo "Centro de Informações e Pesquisas Latino-Americano", com a participação de professores e parlamentares da Europa, Estados Unidos e América Latina.

Como contribuição a esse simpósio apresentamos um estudo sobre "Democracia participativa", seus fundamentos e seus instrumentos.

Trazemos, hoje, ao conhecimento do Senado o teor desse trabalho, que, pensamos, poderá contribuir para o estudo dos caminhos capazes de conduzir o Brasil à realidade democrática, desejada por todos os brasileiros.

Estamos convencidos de que só um regime com raízes no povo, e por isso, vinculado aos verdadeiros problemas e realidades nacionais, será capaz de conduzir o país a soluções autenticamente brasileiras.

Crise de democracia

As nações da América Latina vivem em período de crise de democracia. E o problema que hoje desafia a inteligência política do Continente é o encontro de novos caminhos democráticos, adequados à realidade de nosso tempo.

Não suprimi-la

Não se trata — como pretendem alguns — de suprimir ou substituir a democracia, pois ela é uma das conquistas históricas irreversíveis da consciência humana. Em sua defesa, as nações americanas foram combater o nazismo e o facismo na última guerra. E, conjuntamente com as demais nações do mundo civilizado, firmaram o compromisso fundamental da democracia, que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Nem voltar a fórmulas do passado

Não se trata, também, como pretendem outros, de voltar a fórmulas ou modelos históricos de democracia, experimentados no passado e que já se revelaram incapazes de satisfazer às novas aspirações da população ou de resolver os atuais problemas básicos da comunidade.

Mas criar novas formas de democracia

As novas condições de vida coletiva exigem novas soluções. A história não volta atrás. Camadas cada vez mais

amplas da população tomam consciência do caráter meramente formal e aparente de antigas fórmulas democráticas, em que a participação do povo é mais simbólica do que real. E, de outra parte, as nações tomam, também, consciência de que os regimes não democráticos, são incapazes de resolver, de forma estável e permanente, os problemas fundamentais do País e de sua população.

Democracia participativa

É preciso descobrir novos caminhos dentro da via democrática. E, entre os caminhos possíveis, a serem abertos pela reflexão e pelo trabalho das novas gerações de homens públicos e de estudiosos da ciência política no continente, situa-se a "democracia participativa". Esta pode ser caracterizada como um modelo de organização democrática fundado, não apenas na "representação" popular, mas, também, na "participação" organizada e ativa da população nos assuntos de seu interesse.

Para esse tema têm convergido as reflexões, pesquisas e projetos de publicistas, políticos e estudiosos da ciência social em diversas partes do mundo (1). Com diferentes perspectivas acentuam esses autores a importância de se apoiar, estimular e organizar a participação de todos os setores da população nos diversos planos de vida política e social.

Seus fundamentos

Qual o fundamento dessa democracia participativa?

Em primeiro lugar, uma razão de ordem sociológica e histórica. A sociedade em que vivemos exige essa participação.

Sociológico

De um lado, objetivamente, multiplicaram-se as relações sociais que, desdobrando-se em atividades econômicas de produção, consumo, crédito e investimentos; atividades intelectuais de ordem científica e artísticas; atividades esportivas, recreativas, políticas, religiosas etc., entrecruzam-se com outras relações que integram o homem em seu bairro, município, região, nação, continente, até a escala mundial. Para isso contribuíram poderosamente os grandes meios de comunicação moderna.

Esse pluralismo de estruturas societárias e ampliação das relações sociais significa, fundamentalmente, maior participação na vida coletiva.

Histórico

De outra parte, subjetivamente, o homem contemporâneo começa a tomar consciência de que não é apenas um "espectador" passivo da história, mas seu "agente". É o que se pode denominar consciência da história. Trata-se, como diz PIERRE ANTOINE, de "uma transformação prodigiosa, uma atitude completamente nova do

homem a respeito de sua própria história. O homem já não se contenta em suportar passivamente os acontecimentos. Já não acredita na fatalidade, mas toma em suas mãos a própria história, procurando fazê-la e dominá-la. É nisso, sobretudo, que a história se tornou "consciente" (2).

Essa consciência não se limita aos detentores do poder, mas se amplia progressivamente a todos os setores da vida social.

A essas tendências fundamentais de ordem histórica e sociológica respondem as soluções que defendem a participação, cada vez maior, dos membros da comunidade, no encaminhamento dos assuntos que lhes dizem respeito.

Filosófico

Uma filosofia da pessoa humana nos leva à mesma exigência de participação. É de JOÃO XXIII a observação de que "quando as estruturas e o funcionamento de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, enfraquecem o sentido de sua responsabilidade ou impedem seu poder de iniciativa, esse sistema é injusto, ainda mesmo que a produção atinja altos níveis (desenvolvimento econômico) e seja distribuída conforme as normas da justiça e da equidade (desenvolvimento social)". "É exigência da própria natureza que os homens, no exercício de sua atividade produtiva, encontrem a possibilidade de atuar com responsabilidade pessoal e aperfeiçoar o próprio ser". Essa observação é válida para os demais planos da vida social. A condição humana não permite que os membros da comunidade sejam considerados e tratados simplesmente como "objeto" passivo das atenções dos grupos dirigentes, como se fossem mercadoria, ficha ou peça na vida social. Sua dignidade de pessoa exige outro tratamento. Desenvolvimento propriamente humano só é aquele que é feito com a "participação" consciente e responsável das pessoas e grupos que integram a comunidade.

Em suma, não se trata de receber passivamente os benefícios do progresso, mas de tomar parte nas decisões e no esforço para sua realização.

Político

"A vontade do povo será a base da autoridade do governo", afirma o art. 21 da Declaração Universal dos Direitos do Homem. E a generalidade das Constituições Modernas, por palavras diferentes, reconhece o princípio de que "a soberania pertence ao povo. Todos os poderes emanam do povo e em seu nome são exercidos", diz o art. 1.º, § 3.º, da Constituição Brasileira.

Mas quem é o povo?

Serão os indivíduos isolados e abstratos, tal como ensinavam as teorias políticas do século XVIII? Ou serão os homens concretos e situados, isto é, pais, filhos ou irmãos numa família, o morador em cada localidade, o empregado ou empregador no seio da empresa, o estudante e o professor na escola, o fiel na sua comunidade religiosa, o partidário em sua agremiação, o esportista, o consumidor, o contribuinte, o telespectador, o ouvinte etc.?

Sem dúvida, é essa pluralidade de situações concretas que constitui na realidade o povo. A comunidade nacional é integrada por um grande número de comunidades ou instituições menores, com fins e características próprias. O Estado, apesar de sua responsabilidade central na direção da vida nacional, é apenas uma dessas instituições. E a representação política abrange apenas uma parte dessa realidade.

Por isso o Estado não pode absorver, desconhecer ou eliminar esse pluralismo de comunidades. Cabe a ele, pelo contrário, ouvir, coordenar, apoiar, ou suprir as atividades das mesmas.

Dai o grande princípio de filosofia e ciência política assim formulado por PIO XI ("Quadragesimo anno") e JOÃO XXIII ("Mater et Magistra"): "assim como não é lícito retirar dos indivíduos e passar para a comunidade o que eles podem realizar com seu próprio trabalho e iniciativa, assim também não é justo, por prejudicar a boa ordem social, retirar das comunidades menores o que elas podem realizar por si mesmas, e atribuí-lo a uma comunidade maior e mais elevada. Toda ação da sociedade, por sua própria natureza, deve prestar ajuda aos membros do corpo social, mas nunca destruí-lo ou absorvê-lo".

Psicológico

De outra parte, o sentimento de participação é um dos poderosos elementos propulsores da atividade humana. É ele que entusiasma e anima a ação dos construtores de uma obra coletiva, seja um edifício, um instrumento eletrônico, uma represa, uma catedral ou uma cidade. Há um certo orgulho em estar participando, com seu trabalho, na criação de uma coisa importante.

Com razão, pergunta PIERRE ANTOINE ⁽³⁾ o que é que torna o homem feliz? Será apenas a riqueza, a posse ou a utilização de bens materiais? Não se pode confundir civilização de consumo com felicidade. Aumentar simplesmente o nível de vida ou a renda *per capita*, se não se sabe porque, poderá, ao invés de tornar os homens felizes, aumentar sua frustração. Ser feliz não é ape-

nas viver confortavelmente. Mas sobretudo dar um sentido e valor aquilo que fazemos.

Por isso, proporcionar a participação significa dar aos homens a possibilidade de conhecer e sentir objetivos ou valores que justificam o seu trabalho e cooperação na obra coletiva.

Pedagógico

Finalmente, a participação organizada e responsável dos diversos setores da população na solução dos problemas que lhes dizem respeito constitui um poderoso instrumento de educação e desenvolvimento. Desde o grau mais elevado de participação — que é o da "co-decisão" — até o menor, que é o da simples "informação", podemos imaginar, como lembra ROBERTO PAPINI ⁽⁴⁾ uma imensa variedade de formas de participação, tais como a "consulta", a "fiscalização", o "controle" posterior ou prévio, a realização de "serviços" ou "tarefas" etc.

Esses diferentes processos exigem e promovem a tomada de consciência dos verdadeiros problemas da comunidade e de seus membros, o exame das consequências e implicações das medidas propostas ou adotadas, a discussão da viabilidade dos diversos meios etc.

É patente que tais processos contribuem intensamente para a ampliação e objetividade dos conhecimentos e a participação do povo na cultura.

Técnico

O paternalismo é a grande tentação do mundo moderno. É mais fácil aos governos adotar as soluções elaboradas pelos altos funcionários e aplicá-las, sem consulta, a toda a sociedade. Muitos programas de desenvolvimento da comunidade têm sido elaborados em nível excessivamente alto, por órgãos regionais ou nacionais centralizados e, até mesmo, por organismos internacionais. O resultado é, com frequência, a inadaptação do programa e o desinteresse dos que deveriam ser os maiores interessados.

A explicação é simples: quando a população não participa no planejamento e nas decisões referentes a assuntos que lhe dizem respeito, seu comportamento natural é de indiferença e apatia.

Dai o imperativo social, humano e democrático da participação da comunidade, destacada em documento oficial da ONU: "A necessidade de os membros de um grupo, classe ou organização participarem no planejamento dos seus próprios programas é básica em qualquer tipo de projeto e confunde-se com a própria maneira democrática de viver".

A importância da participação pode ser assim sintetizada.

1. as decisões e os programas são enriquecidos pelo conhecimento e a experiência de muitas pessoas;

2. têm, por isso, maior probabilidade de corresponder às necessidades reais e serem eficientes;

3. as pessoas que cooperam na elaboração ou nas decisões tornam-se mais interessadas e envolvidas na sua execução, não precisam ser convencidas;

4. quando se substitui a passividade pela participação, dá-se aos interessados a oportunidade de ampliar seus conhecimentos e aperfeiçoar sua competência;

5. em suma, a participação serve melhor ao bem comum e assegura a promoção humana.

É, assim, o grande instrumento de combate ao conformismo, à passividade, ao espírito de dependência e à massificação.

INSTRUMENTOS DE UMA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Instrumentos

Quais os instrumentos para a realização de uma democracia participativa?

Com as adaptações necessárias às condições de cada país, podem ser indicadas, entre outras, as seguintes modalidades de participação, que nos parecem mais importantes:

1. no plano local: as associações de moradores ou vizinhos;

2. no plano do trabalho: a atividade sindical, e as diferentes formas de participação na vida da empresa e nos órgãos de planejamento e desenvolvimento;

3. no plano da juventude e da educação: os movimentos de jovens, participação em órgãos colegiados da escola e da comunidade;

4. no plano político: a estrutura democrática dos partidos e o direito assegurado às bases de participar na elaboração de programas e escolha de candidatos;

5. outras modalidades de participação, como as cooperativas e associações culturais, esportivas, organização de comunidades, etc.

PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA COMUNIDADE LOCAL

Associações de moradores e vizinhos

As razões explicam o aparecimento de associações de moradores, de vizinhanças ou de bairro, que começam a se multiplicar em muitas partes do mundo. E constituem valioso instrumento para o exercício de uma política social eficiente, humana e democrática.

Reunindo em associações locais, os moradores do mesmo bairro ou povoação, essas organizações atuam:

1. como órgãos de representação geral dessas comunidades; e especialmente;
2. como órgãos de reivindicação de benefícios e serviços coletivos;
3. como órgãos de execução direta, coordenação ou fiscalização de alguns desses serviços;

4. como órgão de estudo dos problemas locais e formação de uma esclarecida consciência comunitária e democrática e, conseqüentemente;

5. como órgãos de integração da população no processo do desenvolvimento.

Dentre as experiências, que se vêm desenvolvendo por toda parte, Estados Unidos, Índia, América Latina, etc., deve ser destacada a do Chile, que já conta com uma legislação específica, iniciativa do Presidente Eduardo Frei ("Ley de Juntas de Vecinos").

Juntas de vizinhos

Essa lei institucionaliza as "Juntas de Vecinos" e outras organizações comunitárias, assegurando-lhes os seguintes direitos:

1. as "Juntas" se constituem desde que 50 vizinhos, pelo menos, solicitem ao governador local a fixação de dia, hora e local para ser eleita a diretoria provisória, que se encarregará das providências preliminares e especialmente da preparação do projeto de estatutos, a serem aprovados pelos interessados e pelo governo;

2. as "Juntas de Vizinhos" são constituídas por 9 membros; 6 dos quais eleitos por todos os moradores, e os 3 restantes pelos representantes das organizações da comunidade, sendo que um, pelo menos, deverá representar os "Centros de Madres";

3. as "Juntas" podem participar da programação do trabalho de sua municipalidade, preparando planos anuais de obras de urbanização e melhoramentos, que serão estudados e discutidos conjuntamente, e, desde que aprovados, farão parte do orçamento municipal;

4. as "Juntas de Vizinhos" são a voz oficial de todos os que vivem na comunidade local (povoação, aldeia ou outra comunidade), cujos limites serão fixados pela municipalidade;

5. nas "Juntas de Vizinhos" deve estar presente a opinião dos Centros de Mães, clubes esportivos, centros juvenis, artísticos, culturais e demais organizações comunitárias.

Instituições semelhantes estão se desenvolvendo hoje em quase todos os países. No Brasil, a cidade de São

Paulo, já possui mais de mil associações de moradores ou "sociedades de bairros", que acabam de realizar na sede do Instituto de Engenharia, um Congresso para debater problemas de saúde, educação, transporte, água, e outras matérias de interesse da população local.

Tal fato representa uma mudança profunda nos hábitos e na estrutura da vida social.

É a população que se organiza para colaborar no exercício do poder. É a substituição do "paternalismo" tecnicista, ou carismático pela "participação" democrática e criadora. Ao disciplinar essa atividade, a legislação começa a reconhecer o direito que cabe aos membros de qualquer comunidade, de participar, de forma ativa, nas decisões que lhe dizem respeito.

A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ATIVIDADE SINDICAL, NA VIDA DA EMPRESA E NAS DECISÕES SOCIAIS

Participação do trabalho

No campo do trabalho, não é menor a necessidade de substituir as diversas formas de paternalismo "estatal" ou "patronal" por uma autêntica política social de "participação", que reconheça ao homem que trabalha e a seus sindicatos, não o direito de receber benefícios, favores ou assistência, mas "o poder de tomar parte" nas decisões relativas a matérias de seu interesse.

Esse direito se desdobra em planos diversos, especialmente em relação ao sindicato, à empresa e aos órgãos de planificação e desenvolvimento.

Sindicatos

Em primeiro lugar, é preciso assegurar aos homens que trabalham inteira liberdade de se associar e organizar sindicatos que lhes permitam lutar por seus direitos fundamentais. É preciso, entretanto, reconhecer que, apesar de afirmado solenemente no art. 23, n.º 4, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e em diversas resoluções da OIT, esse direito vem sendo desrespeitado e violado em muitas partes do mundo. Em alguns países, os sindicatos são proibidos. Em outros, sua existência é permitida, mas sua atividade é tolhida de tal forma que eles ficam impossibilitados de atuar com eficiência real na defesa da família trabalhadora. As restrições e violações da liberdade dos sindicatos e as interferências governamentais e políticas, que, infelizmente, se multiplicam e impedem sua atuação normal, representam grave violação de direitos humanos fundamentais. Em nome da justiça, do desenvolvimento e da paz social, é preciso denunciar a gravidade dessas violações e empregar todos os meios

para que esse direito fundamental seja assegurado.

Participação na empresa

De outra parte, o direito de participar, como pessoa consciente e responsável, da vida da empresa em que trabalha, é outro direito que vem sendo progressivamente reconhecido aos empregados. O trabalhador não é, somente, um fator de produção. É, em primeiro lugar, uma pessoa humana, que se realiza como tal no trabalho e pelo trabalho. Não pode, por isso, ter reduzida sua atividade à realização mecânica de simples tarefas de execução. Como homem, diz um documento elaborado pelo antigo Mouvement Ouvrier Chretien, da Bélgica, sobre "A reforma da empresa": "O trabalhador tem uma necessidade fundamental de compreender o sentido de suas ações e de seu trabalho, assim como de contribuir para sua determinação, a fim de não ser tratado como objeto e sim como sujeito". E, referindo-se, especialmente, à grande e média empresa, acrescenta: "Os trabalhadores, como associados, e da mesma forma que os fornecedores de capital, devem participar, ativamente, da vida, e do desenvolvimento de sua empresa" (5).

Essa participação deve incluir, nos termos do estudo citado:

1. o conhecimento das informações necessárias relativas às atividades da empresa e à função que o interessado deve exercer;

2. o direito de ser consultado, em função de seu papel;

3. o exercício individual ou coletivo do controle sobre essas atividades;

4. a participação parcial ou plena na tomada das decisões que interessam a todos;

5. ao mesmo tempo, evidentemente, o exercício responsável da função atribuída a cada membro da comunidade.

Em planos diversos, e, com modalidades que variam extremamente, essa necessidade de participação vem sendo atendida através de experiências que se multiplicam em todas as partes do mundo. Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Holanda e muitos outros países prescrevem, em lei, modalidades diversas de participação. No mundo socialista, pode ser citada a experiência da autogestão na Iugoslávia. Nos países da América, quase todas as Constituições de pós-guerra consagram medidas semelhantes. Pode-se discutir, hoje, a extensão ou as modalidades dessa participação. Mas multiplicação das experiências, dos estudos, e das reivindicações sobre essa matéria, por toda parte, nos impõe a conclusão de que um novo direito social, profundamente

te humano e de importância fundamental, deve ser urgentemente reconhecido e assegurado a todos os trabalhadores; o de participar ativamente na vida e no desenvolvimento da empresa em que trabalham (6).

Há, finalmente, um terceiro direito de participação do mundo do trabalho nos órgãos incumbidos de promover o desenvolvimento (7).

Participação nos órgãos locais, nacionais e internacionais

A importância do papel dos sindicatos na planificação do desenvolvimento social e econômico é reconhecida, cada dia mais, em todas as partes do mundo. Essa participação se estende aos órgãos locais, nacionais e internacionais. E se justifica pelo interesse fundamental que tem a comunidade trabalhadora nos resultados do crescimento econômico e do progresso social. Em muitos países, esse direito é assegurado pela Constituição ou por leis especiais. Em outros, ele começa a ser reconhecido por experiências que se repetem. Em alguns, essa prerrogativa é inexistente. Mas esses países são exatamente aqueles em que a vida democrática ou o desenvolvimento econômico e social estão em fase rudimentar.

Esse quadro confirma a tendência universal de reconhecer à família trabalhadora o direito de uma participação ativa, consciente e responsável, em todas as decisões sociais que lhe dizem respeito.

A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NAS TRANSFORMAÇÕES DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

Juventude

A rebelião da juventude, especialmente universitária, é, talvez, o movimento mais significativo dos dias atuais. A universidade e a intensidade das manifestações revelam a existência de uma crise profunda.

Ocupação de Universidades. Passeatas e manifestações de rua. Slogans de protestos. Planos de transformação e mudança. Quebra de estruturas. Poder Jovem.

Contra o que protestam os jovens? Qual a reivindicação fundamental?

O problema apresenta múltiplos aspectos que ainda estão longe de serem determinados. É evidente, entretanto, que uma das significações centrais do movimento é o duplo protesto:

Protesto

1.º — contra a inadequação das atuais estruturas do ensino e da sociedade;

2.º — contra a marginalização da juventude, que quer participar dos processos de decisão.

A rápida transformação que vem se operando em todos os setores da vida econômica, cultural, técnica e social, nos últimos anos, exige mudanças correspondentes nos processos de ensino e de direção da vida social. Mas essa adequação não tem sido feita, em ritmo razoável. Insensíveis às exigências de adaptações e transformações dinâmicas, as estruturas educacionais e sociais permaneceram praticamente estáticas.

Os jovens, que ainda não foram "formados" pelas antigas estruturas, são os que mais sofrem as consequências desse desajuste. É natural, por isso, que, da juventude, parta o grito de protesto e a exigência de que se adotem novos caminhos.

É razoável excluir a juventude universitária desse processo?

Participação

Em primeiro lugar, no seio da Universidade, a participação ativa dos estudantes nos órgãos de decisão coletiva é uma decorrência da natureza "comunitária" da escola. A Universidade é, fundamentalmente, uma comunidade, em que o corpo docente, o discente e o administrativo participam de uma obra comum. E, como nas demais comunidades, não se pode esquecer a qualidade de pessoa humana, de qualquer um de seus integrantes. Esse reconhecimento, em relação aos alunos, que são os principais interessados na boa qualidade do ensino, está na linha da melhor tradição universitária.

Não podemos esquecer que, na Idade Média, a Universidade era de completa propriedade dos estudantes que recrutavam e pagavam os próprios professores, se bem que com a contribuição de outros setores. O reitor era um estudante! (8).

É claro que as circunstâncias estão hoje fundamentalmente mudadas. Mas não se pode esquecer que o corpo discente é uma parte essencial e viva da constituição universitária. O que lhe confere prerrogativas que não se limitam à obediência passiva e à simples execução de tarefas.

Pode-se discutir o alcance ou os limites dessas prerrogativas, mas é incontestável o direito dos estudantes a uma participação ativa nos órgãos de decisão da vida universitária.

De outra parte, a Universidade não é um corpo isolado. Ela se integra numa comunidade maior, que é a sociedade civil. Influi e é influenciada por esta. E hoje, especialmente, com os contínuos e vertiginosos progressos da ciência e da técnica, a aberra-

tura e a comunicação entre ambos é cada vez mais importante. Pedir ao estudante que se limite ao estudo das disciplinas curriculares e se afaste dos problemas da sociedade significa condenar à marginalização os futuros dirigentes da nação e, ao mesmo tempo, privar a coletividade da contribuição inestimável das críticas e sugestões de um setor particularmente capaz de acelerar as transformações necessárias a uma sociedade em mudança.

A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NO PROCESSO POLÍTICO

Plano Político

"Todo homem tem direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. A vontade do povo será a base da autoridade do governo", afirma o art. 21 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Fundamentos

Essa é a participação fundamental, que não pode ser substituída ou negada por quaisquer outras espécies de participação social ou econômica. A justificativa do preceito é a igual dignidade pessoal de todos os cidadãos e seu interesse na boa condução dos negócios públicos.

O instrumento normal dessa participação do povo no governo é o partido político. Mas qual tem sido, realmente, a atuação e a importância das organizações partidárias nas democracias modernas?

Partidos

Houve tempo em que o Estado se colocou claramente contra a existência de partidos. Essa aversão liga-se à concepção clássica do Estado liberal: a função essencial do governo é assegurar aos homens a máxima liberdade individual. Rousseau, um dos teóricos do liberalismo, assim fundamenta essa posição: Quando o povo delibera, se os cidadãos não se comunicassem entre si, de uma infinidade de pequenas diferenças resultaria, sempre, a vontade geral. E a decisão seria sempre boa. Mas, quando se criam facções e associações parciais, é a vontade de cada uma dessas associações que prevalece. Pode-se dizer, então, que os votos não são tantos quantos os indivíduos, mas tantos quantas as associações. Por isso, para obter-se a expressão da verdadeira vontade geral, é necessário que não haja sociedades parciais dentro do Estado e que cada cidadão pense por conta própria".

Na democracia liberal clássica, não há lugar para os partidos, como não há para os demais grupos ou comu-

nidades intermediárias entre o indivíduo e o Estado. O que se quer é defender, a qualquer preço, a liberdade individual.

Mas essa liberdade é meramente abstrata e formal. Por isso, o Estado foi obrigado a reconhecer que a associação, em múltiplos setores, é uma forma de defesa da liberdade concreta e real. E, historicamente, a partir de certo momento, os partidos passaram a ser considerados necessários à vida pública, como meio de permitir a participação efetiva e organizada da população nas decisões políticas.

Mas essa participação é, muitas vezes, mais formal e aparente do que efetiva. Em alguns casos, são governos que organizam seu partido, de cima para baixo, como instrumento para influir no comportamento da população e perpetuar o seu se tivessem tido a oportunidade de fiscalizar, sugerir, corrigir a ação dos governantes, exigem, hoje, um sistema de governo mais compatível com a dignidade e a liberdade dos cidadãos."

Com Estrutura Democrática

Essa condição exige que se assegure, a todos os cidadãos, os meios de manifestar sua opinião e influir na direção da vida pública. O que significa, nas condições atuais, assegurar uma estrutura democrática aos partidos políticos. E, de forma mais concreta, assegurar aos órgãos de base o direito de opinar sobre programas e candidaturas.

É preciso que os partidos políticos, que são o instrumento normal da vida democrática, tenham estruturas e dinamismo que os faça conduzir, das bases para os órgãos de direção da sociedade, o pensamento e as aspirações de todo o povo.

OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO: COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, ESPORTIVAS, SOCIAIS.

Cooperativas

Grupos de vizinhança, associações de trabalhadores, movimentos de juventude, partidos políticos são, hoje, talvez, as manifestações mais importantes da atuação social organizada de setores da população.

Na mesma linha situam-se as inúmeras associações culturais, esportivas e de ação social ou econômico-social, dentre as quais é de justiça destacar o movimento cooperativista.

Outras Formas de Associação

Todas essas iniciativas ligam-se a uma tendência humanizadora, ao mesmo tempo personalista e comunitária, que se opõe, de um lado, ao individualismo dispersivo e anárquico, e, de outro, ao estatismo centralizador e totalitário. O primeiro, a

pretexto de defender um "indivíduo" abstrato e sua liberdade, também abstrata, se opõe, como vimos, à instituição e ao fortalecimento de associações intermediárias. O estatismo, concentrando os poderes sociais em mãos dos órgãos governamentais, desconhece ou absorve a autonomia desses organismos menores.

Ambos dificultam o natural desenvolvimento da pessoa humana, que se realiza, normalmente, através da comunidade desse tipo, como a família, a escola, o bairro, a empresa, a profissão, a classe, o partido, a paróquia.

Pode-se, por isso, afirmar que, para defender os direitos fundamentais do homem — do homem real e concreto, em todas as suas dimensões materiais e espirituais —, é necessário defender o direito à existência e ao desenvolvimento normal dessas comunidades. E, através delas, que os homens se integram e participam na vida de toda a sociedade.

Grupos Sociais: Forças Vivas

"Grupos sociais: forças vivas", é o título significativo do livro recente de Henry Thery considerado uma das melhores contribuições ao pensamento democrático. Em todos os setores da vida social podemos adotar processos paternalistas ou processos comunitários. Métodos de imposição ou de participação. Adotar processos comunitários, significa empregar métodos de ação política, econômica ou social com a participação ativa dos membros da comunidade. Significa ver em cada homem um ser consciente, capaz de agir de forma racional e responsável, e não um simples objeto a receber passivamente benefícios e atenções concedidos pelo Estado, por empresas ou outras entidades.

Paternalista é o método de ação das ditaduras: "Não penses, porque o chefe pensará por ti". Paternalista são os planos de assistência realizados sem a cooperação de seus membros. E, inversamente, de sentido comunitário, são todos os processos que estimulam a participação da população através das organizações da comunidade.

CONCLUSÃO

É preciso, em suma, assegurar a cada homem, o direito de não ser simples "objeto" das medidas de proteção e assistência, mas garantir-lhe o direito de, como "pessoa consciente e responsável", participar ativamente na tarefa de seu desenvolvimento e no de sua comunidade.

Uma democracia participativa surge, assim, como modelo político e social capaz de responder às exigências

contemporâneas de novas formas de convivência social, que, sem sacrificar a segurança do desenvolvimento, respeitem os valores humanos fundamentais de justiça e de liberdade.

Milhões de homens de todos os continentes, colocados, ainda hoje, à margem dos benefícios da civilização e da cultura, têm o direito de esperar que aqueles que conhecem mais diretamente seus problemas, assumir o papel histórico de falar pelos que não têm voz e, assim, abrir os caminhos da justiça para que todos os homens possam caminhar.

NOTAS

1. GUILHERMO YEPES, Reinventar la Democracia; ALEXANDRO SILVA, La Democracia representativa; PIERRE ANTOINE, Por que participar?; ROBERTO PAPINI, La participación de los ciudadanos en el poder político; ALAIN BARRERE, Socialización y democracia; ARISTIDES CALVANI, Naturalidad y fines de las sociedades intermedias; W. PERQUIN, Regimen político y estructura del Estado; NATALIO R. BOTANA, Acerca de la participación política; JOSE BARBEITO, El partido político como instrumento de participación; SMILJKO SOKOL, La autogestión social. El modelo Yugoslavo de una sociedad socialista y humanista. Todos esses estudos constam do "Dossier" sobre DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, publicado pelo "Centro de Información, documentación y análisis Latino Americano" e destinado ao "Seminário sobre Democracia Participativa", Caracas, Setembro, 1972. V. ainda, FRANCO MONTORO, Ideologías en luta, Rio, 1966; HENRY THERY, Grupos sociais: forças vivas, Rio, 1967; RAFAEL CALDERA, Especificidade de la Democracia Cristiana, Caracas, 1972.

2. Obra citada, p. 3

3. Obra citada, p. 12

4. Obra citada, p. 23

5. "La réforme de l'entreprise", étude du Mouvement Ouvrier Chrétien, in "Labor", Bruxelles, n. 2, 1968.

6. Essa prerrogativa está, como se vê, na linha das transformações que vêm operando no direito da empresa em todo o mundo e foi solenemente afirmada, em 1931, por PIO XI nos termos seguintes: "É mais adequado às condições presentes da vida social temperar, na medida do possível, o contrato de trabalho com elementos tirados do contrato de sociedade. Isso já se começa a fazer, sob modalidades diversas, com vantagens para empregados e empregadores. Por essa forma, os empregados são chamados a participar na propriedade, na gestão ou nos lucros da empresa" (Enciclica "Quadragesimo Anno", 1931). E, em importantes documentos do pensamento social cristão o princípio tem sido reafirmado. "Como decorrência de sua dignidade pessoal, deve-se assegurar aos empregados sua participação na vida da empresa, seja ela privada ou pública, e tender a fazer da empresa uma verdadeira comunidade humana", diz a enciclica "Mater et Magistra", de JOAO XXIII, de 1961.

7. "Le rôle des syndicats dans la planification du développement social et économique", estudo de Isuki Kamita, apresentado à 23a. sessão da Comissão Econômica das Nações Unidas, para o Extremo Oriente, Tokio, 1967, in "Labor", Bruxelles, n.º 3, — 1968.

8. La nuova università darà potere ai giovani? Estudo de G. Rinaldi, in "La Discussione", Roma, n. 9, 1968.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — José Lindoso — José Esteves — José Sarney — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — João Calmon — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Osires Teixeira — Mattos Leão — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

N.º 103, de 1972

Nos termos do artigo 47, inciso II, do Regimento Interno, requero licença para me afastar dos trabalhos do Senado a partir desta data, quando me ausentarei do País.

Em 15 de setembro de 1972. — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 307, de 1972) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1971 (n.º 3-B/71, na Câmara dos Deputados), que aprova o Acordo de Co-produção Cinematográfica entre a República Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma a 9 de novembro de 1970.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1972 (n.º 716-B/72, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que estabelece normas destinadas a preservar a autenticidade das obras literárias caídas em domínio público, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 308, de 1972, da Comissão de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 306, de 1972) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972 (n.º 63-B/72, na Câmara dos Deputados), que "aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e

aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto aprovado vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o texto dos Estatutos da Organização Mundial de Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira. (Pausa.)

S. Ex.ª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney (Pausa.)

S. Ex.ª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Britto.

O SR. FLÁVIO BRITTO — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, há dias, percorrendo diversos municípios do nosso Estado, verificamos e sentimos as razões da preocupação do Governador João Walter a respeito da próxima safra de juta.

É do conhecimento geral que este produto ainda é um dos itens básicos da economia do Amazonas. No ano passado, a safra correspondente a 1971/1972 foi frustrada, em face das enchentes dos rios, cujas águas, ao contrário do esperado, não declinaram na época certa, para surpresa de todos os juteiros. Houve o que se chama no meu Estado o "repiquetes".

E não tivemos condições de manter a produção.

Ouvi as três grandes indústrias do meu Estado, assim como o Sr. Governador João Walter, que desde que assumiu o Governo em março de 1971, tem como uma de suas metas a juta, e a opinião unânime é a de que o Amazonas somente resolverá o problema tendo suas próprias sementeiras, porquanto, recebendo, como recebemos, as sementes do Município de Alenquer, no Pará, muito embora contemos sempre com toda a boa vontade dos técnicos do Ministério da Agricultura, verificamos que, apesar de tudo, surgem imprevistos como os do ano passado. A embarcação que transportava a semente de juta para o chamado "plântio da lama", naufragou entre os dois Estados, causando grande prejuízo aos interessados, principalmente por não haver tempo para novo suprimento. Primeiro, houve uma quebra, acima do normal, da produção de sementes de Alenquer, e, depois, o desastroso naufrágio a que acabo de me referir.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, apesar do crescimento da indústria dos plásticos, é indiscutível, ainda, a utilidade da juta em determinado setor da indústria. Assim sendo, como representante do Estado do Amazonas nesta Casa, temos mais um veemente apelo a fazer ao Sr. Ministro da Agricultura, Professor Cirne Lima, que nos tem dado toda a colaboração neste setor. Obtivemos de S. Ex.ª inclusive, um preço mínimo para o produto, que, como me disse S. Ex.ª há poucos dias, se ainda não foi fixado é porque o Governo está estudando um preço que não seja, digamos, somente de cálculo e sim um preço de ajuda, porque sabemos que o produto nacional não pode concorrer com o importado.

Compreendemos, até mesmo, a oportunidade da importação feita pelo Governo, agora, desse produto para atender, no momento, às indústrias especializadas do Sul do país, diante da queda já apontada da produção nacional.

O que não se compreenderá, porém, é a repetição de tal fato.

O Estado do Amazonas, por suas condições fisiográficas, ecológicas, climáticas e de solo, é capaz de produzir toda a juta de que necessita o mercado nacional, sem que se recorra ao comércio exterior.

Para tanto, porém, um só problema terá que ser resolvido, e para solução deste é que dirigimos mais um apelo a Sua Excelência o Sr. Ministro da Agricultura.

Dando-nos, Sr. Ministro, as sementeiras de que tanto necessitamos para ampliar a produção da juta, nós, amazonenses, poderemos desdobrar nossos esforços, suprimindo satisfatória-

mente as necessidades do País e contribuindo para o fortalecimento da economia nacional. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — (Pro-nuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, transcorre amanhã o 162.º aniversário da Independência do México, nação tradicionalmente amiga do Brasil.

Efêmero foi o êxito do levante de 16 de setembro de 1810, sob a chefia de Miguel Hidalgo y Costilla, simples Cura da paróquia de Dolores. Mas germinou a semente. Fuzilado Hidalgo, o estandarte da libertação passou sucessivamente às mãos de José Maria Morelos, também padre e também fuzilado, de Vicente Guerrero e de Agustín de Iturbide, até que, em 1821, se desfez de todo o jugo espanhol.

O México de hoje é uma república federativa de 29 Estados, com 50 milhões de habitantes, e quase 2 milhões de km², o oitavo maior país do mundo.

Luiz Echeverría, atual Presidente, luta denodadamente por outra forma de independência — a econômica. Não perde ele oportunidade para fustigar “as grandes potências que não renunciam a suas aspirações de hegemonia”.

No plano interno, o esforço principal do Governo é pela elevação do poder aquisitivo das classes desfavorecidas. Nada menos de um terço do orçamento é destinado a empreendimentos que possam contribuir para dar ao camponês maior participação na renda nacional.

Especial registro merece a reação presidencial no processo que envolveu a comunidade indígena dos Mixes, no Estado de Oaxaca. Lembrando-se talvez das sanguinolentas insurreições agrárias de Zapata e Pancho Villa, na segunda década deste século, Echeverría não hesitou em profligar a decisão da Suprema Corte, contrária a 60 mil índios, que perderam 5 mil km² de terras para oito espertos latifundiários.

Mas não desejo fazer história. Quero apenas assinalar o transcurso de efeméride tão grata a nós brasileiros, que não esquecemos a excepcional homenagem do Governo do México, em 1922, ao decretar feriado nacional o dia Sete de Setembro, em honra ao Brasil, que festejava o centenário da Independência.

Além disso, alegro-me pela coincidência da data nacional mexicana com a da emancipação política de Alagoas, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, desmembrado de Pernambuco a 16 de setembro de 1817, por D. João VI.

Saudemos, pois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo e o povo astecas, e, a par de nossos votos de paz e de crescente prosperidade, levemo-lhes a certeza da inquebrantável e fraternal amizade de 100 milhões de brasileiros. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — (Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, li no *Correio Braziliense*, e possivelmente essa matéria esteja contida em outros jornais da cadeia associada, a notícia de que o Sr. Levy Pinto de Castro fora exonerado do cargo de Secretário da Fazenda do Espírito Santo, em virtude de divergências em termos de orientação entre S. Ex.^a e o Chefe do Governo capixaba.

Tão logo tomei conhecimento desse noticiário, mantive interlocução telefônica com o Governador Arthur Carlos Gerhardt Santos e com o próprio Secretário exonerado. Desse entendimento, resultou esclarecido que aquela notícia é totalmente improcedente sobre ser distorcida e maliciosa.

O Sr. Levy Pinto de Castro deixou aquelas altas funções por motivos particulares, principalmente em decorrência do seu estado de saúde, que desaconselhava a sua permanência no cargo. Na carta de implicações demissionárias, o ex-Secretário apontou esses motivos e teve a oportunidade de renovar os seus agradecimentos pela maneira cavalheiresca, afetuosa e de integral confiança com que sempre foi tratado pelo Chefe do Governo do meu Estado. E em resposta a esta missiva, o Governador Arthur Carlos agradeceu a valiosa colaboração prestada pelo Sr. Levy Pinto de Castro, dando ênfase, sobretudo, à grande conquista, ao fato auspicioso de ter ocorrido durante a sua gestão um crescimento avantajado dos índices de arrecadação tributária, propiciando com estes recursos a alimentação da máquina governamental em busca do desenvolvimento econômico do Espírito Santo e em obséquio do bem-estar do nobre e ativo povo capixaba.

Devo salientar que a saída do sr. Levy Pinto de Castro representa uma ausência saudosa, porque foi um titular da Pasta das Finanças que soube manter em alto nível um entendimento sadio e principalmente reprodutivo no melhor interesse do estado, entre o Governo e as classes empresariais, vale dizer, entre a administração pública e o contribuinte, criando com esta habilidade, com este temperamento, com este estilo de ação governamental, um clima propícia à harmonização dos serviços privados com os superiores interesses do Espírito Santo.

Não transigiu nunca no cumprimento da lei, mas neste cumprimento soube colocar — o que é importante em termos de sabedoria de Estado — aquela função pedagógica persuasiva de modo que a arrecadação tributária não obedecesse sempre a uma coerção, mas principalmente, como regra geral, a um estado de predisposição emocional vinculada à colaboração espontânea, visando ao revigoramento do erário e, por via de consequência, criando condições e oferecendo amplas possibilidades para a desenvoltura da máquina administrativa, através da execução de um grande plano de obras e empreendimentos, que vem sendo cumprido pelo aplaudido Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos.

Para suceder o sr. Levy Pinto de Castro, o Governador do meu Estado foi buscar na mocidade do Espírito Santo um dos seus homens de grande espírito público, preparo técnico e conhecimento pleno dos nossos problemas. Trata-se do Sr. Eliomar Ramos Costa, economista, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, e que ultimamente, até ser convocado para o altiplano governamental, exercia as funções de Diretor num dos órgãos mais vigorosos do desenvolvimento estadual.

Esta nomeação foi recebida com aplauso, e no dorso das grandes esperanças, assegurando a continuidade vitoriosa da gestão do Sr. Levy Pinto de Castro. Este esclarecimento era necessário para erradicar do exame da opinião pública — como disse — distorcida, maliciosa, precipitada e injusta.

Com estas palavras, desejo registrar nos Anais da Casa, em nome do Governador do Espírito Santo, a reitteração do seu agradecimento e, mais do que isso, do seu enaltecimento aos grandes serviços prestados pelo Sr. Levy Pinto de Castro à frente da Secretaria da Fazenda, de permissão com a certeza inabalável que todo o Governo e todo o povo capixaba nutrem e exibem no sentido de que o Sr. Eliomar Ramos Costa, homem de temperamento e de atuação perfeitamente integrada na técnica governamental do esquema financeiro do Governo federal, saberá imprimir o mesmo ritmo nas novas funções, graças à sua mocidade, ao seu talento e ao seu imenso amor ao Espírito Santo. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 30 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA

4.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 1972

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Daniel Krieger, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Antônio Fernandes, Fernando Corrêa, Flávio Britto e Tarso Dutra, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Ausentes, com causa justificada, os Senhores Senadores Paulo Guerra, Vasconcelos Torres e Mattos Leão.

É lida e, sem restrições, aprovada a Ata da reunião anterior.

Dando início aos trabalhos, dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Senador Antônio Fernandes:

— pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 32, de 1972 (n.º 313-B/72, na Casa de origem), que "autoriza o Comissão de Financiamento da Produção a alienar o imóvel que especifica, e dá outras providências."

Submetido o parecer à discussão e votação, por unanimidade, é aprovado.

Pelo Senador Amaral Peixoto:

— pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 34, de 1972 (n.º 812-B/71, na Casa de origem), que "autoriza o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — a alienar os imóveis que menciona".

Colocado em votação, sem restrições, é o parecer aprovado.

Concluindo, o Senhor Presidente, comunica estar esgotada a matéria constante da pauta e anuncia haver procedido a seguinte distribuição:

— Ao Senhor Senador Flávio Britto o Projeto de Lei do Senado n.º 35, de 1972 (Apresentado pelo Senhor Senador Franco Montoro), que "dispõe sobre as condições de parcelamento da terra quanto ao seu dimensionamento".

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

11.ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1972

As dezesseis horas e trinta minutos do dia treze de setembro de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, sob a presidência do Senhor Senador Magalhães Pinto, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Milton Cabral, Flávio Britto, Orlando Zancaner, Helvídio Nunes e Vasconcelos Torres, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Wilson Campos, Jessé Freire, Augusto Franco, Paulo Guerra, Luiz Cavalcante e Amaral Peixoto.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Das proposições constantes da pauta é relatada a seguinte:

Pelo Senador Milton Cabral:

— Favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1972, que "autoriza o Poder Executivo a doar 5.000 (cinco mil) sacas de café dos estoques governamentais, como contribuição do Brasil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), relativo ao período de 1973/1974".

Em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

9.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1972

As quinze horas do dia quatorze de setembro de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão do Distrito Federal, sob a presidência do Senhor Senador Cattete Pinheiro, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Fernando Corrêa, Eurico Rezende, Waldemar Alcântara, Benedito Ferreira, Antonio Fernandes, Adalberto Sena, José Augusto, Heitor Dias e Saldanha Derzi, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senhor Senador Dinarte Mariz.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Iniciando, o Sr. Presidente lê e coloca em discussão e votação, as normas para os trabalhos orçamentários do Distrito Federal referente ao ano de 1973.

Em discussão e votação, os Srs. Membros aprovam o texto das instruções.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Adalberto Sena que solicita à Comissão seja convidado o Sr. Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a situação financeira daquele órgão e seus reflexos na remuneração do pessoal efetivo e contratado, diretamente ou através das funções Cultural e Educacional.

A Comissão aprova o pedido do Sr. Senador Adalberto Sena, marcando para o dia 21 do corrente a reunião com o Sr. Secretário.

Durante os trabalhos da reunião falaram os seguintes Srs. Senadores:

— Senador Fernando Corrêa, fazendo severas críticas aos serviços hospitalares do 1.º Hospital Distrital de Brasília e solicitando que seja convidado o Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal, para fazer uma exposição perante a Comissão;

— Senador Benedito Ferreira, tecendo comentários sobre a desapropriação de imóveis do Distrito Federal e, também, fazendo referências sobre a proposta orçamentária no subanexo da unidade administrativa que vai relatar;

— Senador Eurico Rezende, discordando da convocação do Sr. Procurador-Geral do DF, aventada na Comissão; examinando o orçamento do Distrito Federal e comunicando a Comissão que o seu relatório sobre o problema jurídico das terras do DF estará pronto até o final do corrente mês;

— Senador José Augusto, analisando o regime trabalhista dos empregados das fundações.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

16.^a REUNIAO, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1972

As 16:00 horas do dia 13 de setembro de 1972, no Auditório do Senado Federal, sob a presidência do Sr. João Cleofas, presentes os Srs. Carvalho Pinto, Virgílio Távora, Wilson Gonçalves, Mattos Leão, Tarso Dutra, Celso Ramos, Lourival Baptista, Saldanha Derzi, Geraldo Mesquita, Alexandre Costa, Fausto Castelo-Branco, Jessé Freire, Ruy Santos, Danton Jobim, Amaral Peixoto, Franco Montoro e Antonio Carlos, reúne-se a Comissão de Finanças.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Dos projetos constantes da pauta, são relatados os seguintes:

Pelo Sr. Carvalho Pinto

— favorável, apresentando Projeto de Resolução, ao Ofício S-32, de 1972, do Senhor Governador do Estado de São Paulo, solicitando ao Senado Federal, autorização para contratar, através da FEPASA — Ferrovia Paulista S.A., uma operação de empréstimo externo, destinado a pagamento de gastos locais relativos a construção da Variante Entrocamento-Amoroso Costa, com aval do Tesouro Nacional; e

favorável, apresentando Projeto de Resolução, ao Ofício S-30, de 1972, do Senhor Governador do Estado de São Paulo, solicitando a competente autorização do Senado Federal para contratar, através da DERSA — Desenvolvimento Rodoviário S.A., um empréstimo externo destinado a pagamento de gastos locais relativos a construção da Rodovia dos Imigrantes.

Pelo Sr. Ruy Santos

contrário à emenda n.º 1 de autoria do Sr. Franco Montoro aos Projetos de Lei do Senado n.ºs 18 e 22, de 1971, que dispõem sobre o reajustamento das aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários, modificando a redação do § 1.º do artigo 67 da Lei Orgânica da Previdência Social;

favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 32, de 1972, que autoriza a Comissão de Financiamento da Produção a alienar o imóvel que especifica e dá outras providências; e

favorável ao pronunciamento da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 37, de 1972, que acrescenta o § 4.º ao artigo 17, do Decreto-lei n.º 61, de 21 de novembro de 1966, para autorizar o pagamento de quotas do Fundo Rodoviário Nacional distribuídos aos Municípios.

Pelo Sr. Tarso Dutra

favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1972, que concede pensão especial à Senhora Maria Câmara de Souza Costa, viúva do ex-Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa; e

pelo arquivamento do Aviso n.º 249-P/70, do Tribunal de Contas da União, comunicando que as contas do Sr. Jayme Magrassi de Sá, Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico, durante o exercício de 1968, foram julgadas regulares.

Pelo Sr. Lourival Baptista

favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 31, de 1972, que modifica o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 954, de 13 de outubro de 1969, que concede pensão especial ao Pintor Homero Massena.

Pelo Sr. Antonio Carlos

favorável, apresentando Projeto de Resolução ao Ofício S-29, de 1972, do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, encaminhando ao Senado Federal, solicitação da Prefeitura Municipal de Joinville no sentido de obter autorização para contratar no exterior importação financiada de um conjunto radiológico para o Hospital Municipal São José, daquela cidade.

Pelo Sr. Franco Montoro

favorável, apresentando Projeto de Resolução, ao Ofício S-31, de 1972, do Senhor Governador do Estado de São Paulo, solicitando ao Senado Federal, a competente autorização para contratar, através da FEPASA — Ferrovia Paulista S.A., um empréstimo externo destinado a pagamento de gastos locais relativos a construção de acesso ferroviário à Refinaria de Paulínia e conclusão de variantes Bauru—Garças, Guedes—Mato Seco e Santa Gertrudes—Itirapina.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, com voto vencido do Sr. Franco Montoro quanto ao parecer proferido sobre a emenda n.º 1 apresentada aos Projetos de Lei do Senado n.ºs 18 e 22, de 1971.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

A V I S O

As publicações do Senado Federal podem ser adquiridas, mediante remessa de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do Serviço Gráfico do Senado Federal, sem acréscimo de despesas de remessa ou pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido das taxas postais. As livrarias podem dirigir os seus pedidos à Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro — Praia de Botafogo, n.º 190, e Avenida Graça Aranha n.º 26; em São Paulo — Av. Nove de Julho, 2029; em Brasília — SQS 104 — Bloco "A" — Loja 11.

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1.º-Vice-Presidente:	1.º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Ruy Santos (ARENA — BA)
2.º-Vice-Presidente:	2.º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
1.º-Secretário:	3.º-Suplente:	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2.º-Secretário:	4.º-Suplente:	Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
3.º-Secretário:		Benedito Ferreira ARENA — GO)
Guido Mondin (ARENA — RS)		

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Britto
Mattos Leão

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTE

ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

SUPLENTE

ARENA

Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

SUPLENTE

ARENA

Paulo Torres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tórres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Arnon de Mello
Luiz Cavalcante
Leandro Maciel
Milton Trindade
Domicio Gondim
Orlando Zancaner

Paulo Guerra
Antônio Fernandes
José Gulomard

MDB

Benjamin Farah Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Antônio Carlos
José Lindoso
Filinto Müller
José Augusto

Cattete Pinheiro
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

Milton Cabral
Fausto Castelo-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire
Virgílio Távora

MDB

Franco Montoro Amaral Peixoto
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Britto

TITULARES

Paulo Tôrres
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Britto
Vasconcelos Torres

SUPLENTES

ARENA

Alexandre Costa
Orlando Zancaner
Milton Trindade

MDB

Benjamin Farah Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Ostres Teixeira
Heltor Dias
Jessé Freire

SUPLENTES

ARENA

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

SUPLENTES

ARENA

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).